



**Universidade
Federal de Viçosa**

IPPDS

Instituto de
Políticas Públicas e
Desenvolvimento
Sustentável



**Contrato de Prestação de Serviços 13/2014 - ABDI-UFV
Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial - PEDET**

**Relatório Produto II:
Avaliação de Situação
Estudo da Realidade Urbana**

**Viçosa - MG
Agosto de 2014**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministro Dr. Mauro Borges Lemos

Universidade Federal de Viçosa
Reitora Prof. Dra. Nilda de Fátima Ferreira Soares
Vice-Reitor Prof. Dr. Demétrius David da Silva

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Dr. Otávio Silva Camargo

Articuladores Políticos:

Prefeito de Ponte Nova, Dr. Paulo Augusto Malta Moreira
Deputado Estadual, Dr. Paulo Lamac

Entidades:

Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Piranga de Minas Gerais - AMAPI
Associação dos Municípios da Zona da Mata Norte de Minas Gerais - AMMAN

Equipe Executora:

| | |
|--|---|
| Profa. Dra. Suely de F. Ramos Silveira <i>Diretora do IPPDS e Coord. Geral do PEDET</i> | Profa. Dra. Elaine Aparecida Fernandes <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i> |
| Prof. Dr. Marco Aurélio Marques Ferreira <i>Coord. dos Estudos de Realidade Urbana Municipal</i> | Prof. Dr. Luiz Antônio Abrantes <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i> |
| Prof. Dr. Marcelo José Braga <i>Coord. dos Estudos de Realidade Rural Municipal</i> | Profa. Dra. Rita de Cássia Pereira Farias <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i> |
| Profa. Dra. Sílvia Harumi Toyoshima <i>Coord. Estudos Prospectivos</i> | Prof. Dr. Evandro Camargos Teixeira <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i> |
| Prof. Dr. Bruno Tavares <i>Coord. dos estudos sobre Governança Local (Oficinas) e Mapeamento Iniciativas Locais</i> | Prof. Dr. Ronaldo Perez <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i> |
| Prof. Dr. Erly Cardoso Teixeira <i>Coord. da Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial</i> | Profa. M.S. Gislaíne A. Santana Sediya <i>Grupo de Estudos dos estudos sobre Governança Local (Oficinas) e Mapeamento Iniciativas Locais</i> |
| Profa. Dra. Karla Maria Damiano Teixeira <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i> | Dra. Ana Paula Teixeira de Campos <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i> |

Estagiários:

| | |
|---|--|
| Alice Rosado de Andrade <i>Mestranda em Administração pela UFV</i> | Marjorie Angélica Sabioni Ferreira <i>Mestranda em Administração pela UFV</i> |
| Anderson de Oliveira Reis <i>Mestrando em Administração pela UFV</i> | Pedro Eni Lourenço Rodrigues <i>Mestrando em Administração pela UFV</i> |
| Cícero Zanetti de Lima <i>Doutorando em Economia Aplicada pela UFV</i> | Rafael Jr. dos Santos Figueiredo Salgado <i>Mestrando em Administração pela UFV</i> |
| Jéssica Natália da Silva <i>Graduanda em Administração pela UFV</i> | Tamires Mascarenhas de Vilhena <i>Mestranda em Economia Aplicada pela UFV</i> |
| Maria Cristina Cupertino <i>Mestra em Extensão Rural pela UFV</i> | |

Equipe de Apoio:

| | |
|---|-----------------------------------|
| Adilson Ferreira Faria | Júnior Henrique Valadares |
| Álvaro Jose Altamirano Montoya | Kamila Gabriela Jacob |
| Ana Laura da Costa | Leonardo Bueno Negreiros |
| André Ferreira Martins | Luana Ferreira dos Santos |
| Antônio Márcio Coutinho Oliveira Júnior | Lucas Pazolini Dias Rodrigues |
| Arthur Medeiros Moreira Loures | Luis Henrique Turci Oliveira |
| Cynthia Gonçalves | Natália Resende Silva |
| Débora Gonzaga Martin | Rômulo José Soares Miranda |
| Edimar Emiliano Soares Ramalho | Thiago Teixeira Sant'Ana e Castro |
| Gustavo Fonseca Oliveira | Vinícius de Souza Moreira |
| Joyce Santana Bernardo | Vitória Vivian de Barros da Silva |

Sumário

| | |
|---|-----------|
| 1. Considerações iniciais | 5 |
| 2. Realidade Urbana e Territorial a partir de dados oficiais | 6 |
| 3. Análise dos dados | 6 |
| 3.1. <i>Demografia</i> | 7 |
| 3.2. <i>Educação</i> | 10 |
| 3.3. <i>Economia</i> | 11 |
| 3.4. <i>Renda e Emprego</i> | 14 |
| 3.5. <i>Finanças</i> | 16 |
| 3.6. <i>Saúde e Saneamento</i> | 18 |
| 3.7. <i>Dimensão Social</i> | 20 |
| 4. Realidade empreendedora na perspectiva dos empresários | 24 |
| 4.1. <i>Caracterização das empresas</i> | 24 |
| 4.2. <i>Caracterização dos aspectos organizacionais</i> | 25 |
| 4.3. <i>Fatores condicionantes do crescimento</i> | 28 |
| 4.4. <i>Nível de dependência e envolvimento do empresário na gestão municipal</i> | 31 |
| 5. Realidade Municipal e Desenvolvimento Regional na Perspectiva dos Gestores Municipais | 32 |
| 5.1. <i>Membros e Atividades da AMAPI/AMMAN</i> | 33 |
| 5.2. <i>Padrão de Relacionamento entre Membros</i> | 34 |
| 5.3. <i>Desempenho da AMAPI/AMMAN</i> | 36 |
| 5.4. <i>Características e Potencialidades dos Municípios</i> | 36 |
| 6. Considerações Finais | 42 |
| Notas: | 42 |

Relatório Produto

Avaliação de Situação

Estudo da Realidade Urbana

2

1. Considerações iniciais

Este relatório apresenta e discute os resultados da segunda fase dos trabalhos previstos no contrato ABDI-FUNARBE, pactuado entre o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável - IPPDS, da Universidade Federal de Viçosa e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI com a interveniência da Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, para elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET), que englobam os 33 municípios destacados na Figura 1.

Os resultados foram agrupados em três seções decorrentes dos estudos efetuados e das origens de informações utilizadas, sendo elas:

- Realidade Urbana e Territorial a partir de Dados Oficiais;
- Realidade Empreendedora na Perspectiva dos Empresários;
- Realidade Municipal e Desenvolvimento Regional na Perspectiva dos Gestores Municipais.
- Além dessa introdução e das três seções subsequentes, o documento apresenta uma seção de encerramento, com as considerações finais deste segundo produto.

Municípios Integrantes da AMAPI/AMMAN

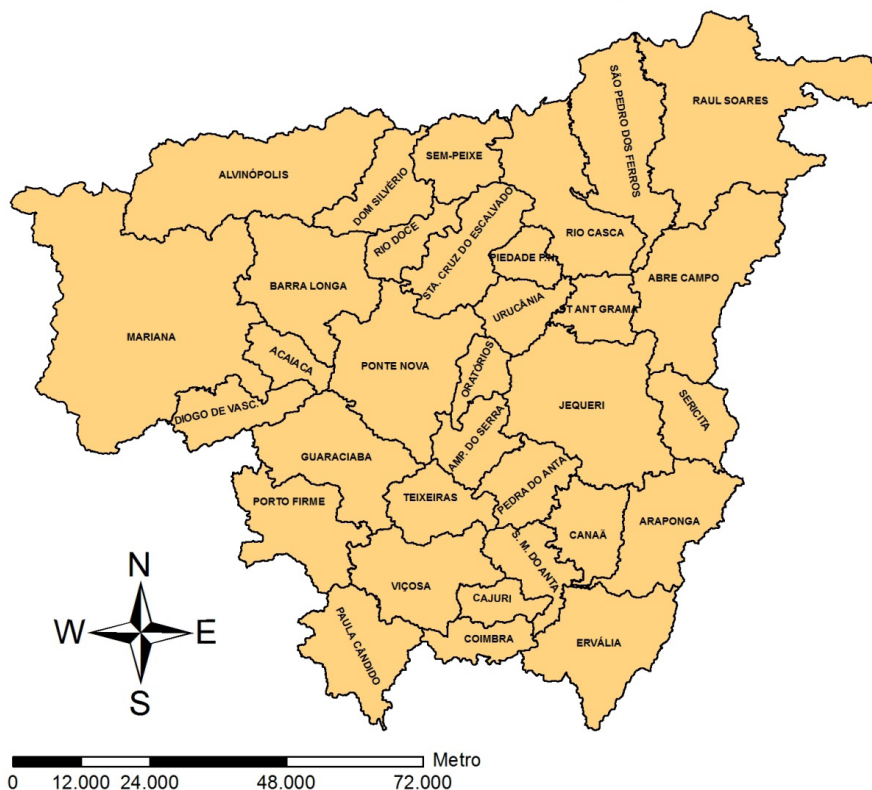
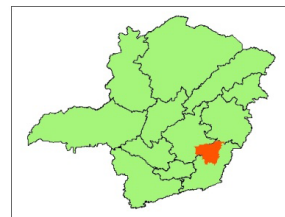


Figura 1 - Mapa dos Municípios Participantes do PEDET.

Fonte: Resultados do estudo.

2. Realidade Urbana e Territorial a partir de dados oficiais

A compreensão da realidade urbana dos 33 municípios que fazem parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET) foi estabelecida após a realização de um amplo procedimento de pesquisa, em diferentes bancos de dados oficiais. O entendimento desta realidade urbana territorial pode subsidiar ações e políticas de intervenção que contemple o desenvolvimento e o crescimento econômico dos municípios e da região que estão inseridos. Subsidiariamente, essa análise dará suporte à interpretação dos dados primários, que foram coletados em cada município envolvidos no PEDET.

Para compor a análise de dados, foram selecionados conjuntos de variáveis, que foram decompostos a partir de cortes estilizados de dimensões estratégicas para diferentes períodos entre 2000 e 2012. Essas variáveis compõem dimensões que são interpretadas e contextualizadas em vários painéis comparativos, englobando a totalidade dos municípios mineiros.

Dentre as comparações, destacam-se as realizadas entre os municípios do PEDET com a mesorregião administrativa da Zona da Mata Mineira e entre aqueles municípios e o Estado. Portanto, o relatório apresenta a comparação, em números absolutos, dos 33 municípios do PEDET com os 142 municípios da Zona da Mata, e entre aqueles e os 853 municípios mineiros.

Análises mais pormenorizadas, com foco em subamostras ou com recortes personalizados para municípios específicos, poderão ser realizadas de acordo com necessidades específicas, uma vez que tabelas adicionais foram anexadas como

apêndices para favorecer tais exercícios.

O propósito de realizar diferentes enfoques analíticos é o de viabilizar uma visão comparativa que facilite a compreensão da conjuntura regional e não apenas de municípios individualmente. As dimensões analisadas e as variáveis empregadas estão descritas no Quadro 1:

As informações apresentadas a seguir originam-se de um procedimento estatístico chamado *Análise Exploratória dos Dados (AED)*, que visa sumarizar, para fins prospectivos e decisórios, as características centrais de um conjunto de dados. Para tal procedimento, essa seção é dividida em 7 partes, a partir das dimensões de análise propostas.

3. Análise dos dados

Minas Gerais é o segundo maior estado brasileiro em número de habitantes, com aproximadamente 19,6 milhões de pessoas, dispersas em 853 municípios, em uma área territorial total de 586.522,122 km².

O Estado, por sua diversidade territorial, é dividido geopoliticamente em doze mesorregiões, subdivididas em 66 microrregiões com diferentes características econômicas e sociais, além de apresentar diferenças em estoque de recursos naturais, em variações de relevo e de vegetação. Dentre essas regiões, a Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é a que mais se destaca com relação ao número de habitantes e crescimento econômico.

O Estado mineiro é o terceiro maior estado brasileiro no quesito Produto Interno Bruto (PIB), com igual destaque para seu potencial exportador. Tal desempenho na economia brasileira se deve às diversas atividades desenvolvidas nos setores primário, secundário e terciário, além de sua imensa diversidade econômica, geográfica e cultural.

Quadro 1- Dimensões e variáveis empregadas

| Dimensão | Variáveis |
|-----------------|---|
| Demografia | População Total, Taxa de Urbanização, Proporção da População Jovem e Proporção da População Adulta. |
| Educação | IDEB, Taxa de Analfabetismo. |
| Economia | PIB per Capita, Valor Adicionado Fiscal (VAF) per Capita. |
| Renda e Emprego | Proporção de Pessoas Ocupadas no Total, Proporção de Pessoas Ocupadas na Agropecuária, Rendimento per Capita, e Proporção de Estabelecimentos na Agropecuária. |
| Finanças | Receita Própria Municipal per Capita; Transferências Intergovernamentais per Capita, e Esforço Orçamentário. |
| Bem-Estar | IMRS-Saúde; Percentual da população que vive em domicílios com água encanada (%); Percentual da população em domicílios com coleta de lixo (%); Proporção de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. |
| Social | Famílias Beneficiadas com Benefício de Prestação Continuada; Índice de Cobertura IGDM-C; IGDM, Transferência Programa Bolsa Família per Capta. |

Fonte: Elaborado a partir das informações de órgãos oficiais.

Em Minas Gerais predomina o clima tropical, que varia de frio e úmido no sul, até semiárido em sua porção norte. Ressalta-se pela existência de uma rica fauna e flora distribuída nos biomas que cobrem todo o estado, com destaque para o cerrado e a Mata Atlântica. Destaca-se, ainda, pelas belezas naturais distribuídas em vários parques e regiões turísticas do Estado, valorizadas pelos patrimônios culturais e riquezas naturais.

Por essa razão, Minas Gerais é um dos estados com maiores potenciais turísticos, embora as regiões de maior destaque na exploração efetiva desse potencial se limitem a alguns poucos municípios, a exemplo de Araxá, Brumadinho, Caeté, Diamantina, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Ouro Preto, Poços de Caldas, Santana do Riacho, São João Del Rei, São Lourenço, Tiradentes e seus entornos.

Essa imensa diversidade, somada às opções políticas descuidadas, agravaram as diferenças entre as regiões, o que demanda ações de correção, a partir das características de cada região. É essa diversidade que impõe uma análise pormenorizada quando se trata de desenvolvimento regional, uma vez que qualquer política ou ação de intervenção tem que ser realizada com base nas características locais, como forma de torná-la assimilável e autossustentável.

Embora se destaque em vários setores das indústrias de processamento, comércio e serviço, ainda é na agricultura e exploração dos recursos naturais que reside a maior parte da base econômica dos municípios mineiros, sendo o Estado o maior produtor brasileiro de café, com 55% da produção nacional em 2012. Além disso, o setor primário da economia mineira contribuiu na produção de outros produtos importantes do agronegócio brasileiro, a exemplo da pecuária leiteira (1º lugar, com 27,3% da produção nacional), pecuária de corte, feijão e cana de açúcar (2º lugar), do milho (5º), da soja (6º).

O setor secundário no Estado de Minas Gerais possui destaque econômico na atividade de extração de minerais metálicos, pois representa cerca de um quarto da indústria mineira, correspondendo a mais de 40% dessa atividade em nível nacional, e o ramo de metalurgia, correspondendo a 14% da atividade industrial do Estado e 31% da atividade metalúrgica nacional.

Na indústria de transformação, além da metalurgia, destacam-se os segmentos de produtos alimentícios e veículos automotores, visto que estes setores representaram, em 2010, 30% do Valor

da Transformação Industrial (VTI) gerado no Estado. O VTI é dado pela diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), que é obtido pela soma da receita líquida industrial com a variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração, mais a produção própria incorporada ao ativo imobilizado.

Ademais, no setor terciário, um ramo que se destaca é o comércio varejista, seja em produtos ou em serviços, como venda de eletrodomésticos e móveis e também no setor imobiliário e de transportes. Esses setores têm acompanhado o crescimento do mesmo ramo no país, além de representar a maior parte das atividades econômicas desenvolvidas no Brasil.

Dentre as mesorregiões do Estado de Minas Gerais, a Zona da Mata, atualmente, tem sua colocação entre as menos desenvolvidas economicamente, e vem perdendo, gradativamente, sua participação no PIB mineiro, decrescendo 0,7 pontos percentuais entre 2001 e 2008, alcançando de 7,3% em 2010. As atividades, relacionadas aos serviços, indústria e agropecuária geraram, respectivamente, 8,7%, 5,1% e 8,2%. Os serviços representaram 67,5% do Valor Adicionado local, maior participação do setor na composição regional entre as regiões juntamente com a região do Jequitinhonha-Mucuri e Norte de Minas. A administração pública contribuiu com 19,5%. No comércio, destacou-se o varejo de produtos alimentícios para supermercados, café, produtos de perfumaria e cosméticos.

Na indústria, que contribuiu com 23,1% do Valor Adicionado local, teve maior peso as atividades de transformação dos gêneros metalúrgico, automobilístico e moveleiro. A agropecuária representou 9,4% do Valor Adicionado da região e obteve contribuição expressiva da pecuária com a produção de bovinos e aves; e da agricultura com a produção de carvão vegetal, cultivo do eucalipto e de café.

Essas características do estado de Minas Gerais são o ponto inicial para entender as especificidades da região em estudo, a partir das dimensões construídas, conforme apresentado, na sequência.

3.1. Demografia

A análise descritiva dos dados coletados neste diagnóstico possibilita realizar uma comparação da situação demográfica entre o estado de Minas Gerais, a mesorregião da Zona da Mata e o Território em Estudo, os 33 municípios, os quais são objetos deste diagnóstico.

Quando se discute desenvolvimento regional, alguns aspectos demográficos são extremamente relevantes e devem, portanto, ser explorados. Além do tamanho populacional, se destacam também os traços relativos da população residente, bem como sua distribuição territorial e etária. Esses são os principais fatores evidenciados na Tabela 1.

A análise dos dados evidencia que a média da variável Taxa de Urbanização é crescente ao longo dos anos analisados, reforçando a tese de aglomeração urbana. Além disso, é importante ressaltar que o valor mínimo desta mesma variável, aumenta ao longo dos períodos, passando de 11,8% em 2000 para 18,56% em 2010, o que evidencia o maior interesse da população pela área urbana.

O valor máximo é 100% nos 3 anos analisados e isto ocorre porque cidades como Belo Horizonte, e cidades da região metropolitana como Confins e Vespasiano são eminentemente urbanas. Comportamento também observado em outras regiões do estado como Santa Cruz de Minas e São Lourenço apresentam a taxa de 100% de urbanização, ou seja, já não se encontram mais moradores no campo nessas cidades.

As variáveis Proporção da População Jovem e Proporção da População Adulta representam

respectivamente, o número de jovens, caracterizado pela faixa etária entre 15 a 29 anos, e o número de adultos, caracterizado pela faixa etária entre 30 a 59 anos em relação ao número total de habitantes. A média da proporção da população jovem apresentou um decréscimo nos anos analisados apresentando valores de 26,70% em 2000, 25,99% em 2005 e 25,17% em 2010. Essa redução na proporção da população jovem é uma tendência na pirâmide etária brasileira que demonstra o envelhecimento da população em geral com a redução da proporção do número de jovens.

Já a proporção de população adulta apresentou oscilações na média com valores de 33,25% em 2000, 26,55% em 2005 e 38,15% em 2010 que reforça a tendência da pirâmide etária da população brasileira e no geral apresenta um aumento na proporção da população adulta em detrimento da redução na proporção da população jovem.

Na Tabela 2 são apresentadas as médias das variáveis Taxa de Urbanização, Proporção de População Jovem e Proporção de População Adulta para a mesorregião da Zona da Mata.

Os dados evidenciam o mesmo comportamento ocorrido no Estado, refletindo na Zona da Mata onde a taxa de urbanização apresentou

Tabela 1 - Variáveis Demográficas para Minas Gerais

| | 2000 | | | 2005 | | | 2010 | | |
|----------------------|--------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|
| | Taxa de Urb. | Prop. Pop. Jovem | Prop. Pop. Adulta | Taxa de Urb. | Prop. Pop. Jovem | Prop. Pop. Adulta | Taxa de Urb. | Prop. Pop. Jovem | Prop. Pop. Adulta |
| Média | 62,60 | 26,70 | 33,25 | 65,14 | 25,99 | 26,55 | 67,91 | 25,17 | 38,15 |
| Mediana | 63,62 | 26,66 | 33,89 | 66,90 | 25,78 | 26,78 | 70,42 | 25,09 | 38,92 |
| Moda | 100,0 | 21,75 | 22,85 | 79,10 | 17,11 | 16,08 | 100,00 | 18,20 | 25,04 |
| Desvio Padrão | 20,58 | 16,07 | 36,57 | 19,72 | 2,51 | 27,08 | 18,98 | 2,22 | 3,34 |
| Amplitude | 88,2 | 0,12 | 0,21 | 84,8 | 28,15 | 28,12 | 81,44 | 18,25 | 20,25 |
| Mínimo | 11,8 | 0,22 | 0,23 | 15,20 | 17,11 | 16,09 | 18,56 | 18,20 | 25,04 |
| Máximo | 100,0 | 0,34 | 0,44 | 100,0 | 45,26 | 44,21 | 100,00 | 36,41 | 45,29 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 2 - Variáveis Demográficas da Zona da Mata

| | 2000 | | | 2005 | | | 2010 | | |
|----------------------|--------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|
| | Taxa de Urb. | Prop. Pop. Jovem | Prop. Pop. Adulta | Taxa de Urb. | Prop. Pop. Jovem | Prop. Pop. Adulta | Taxa de Urb. | Prop. Pop. Jovem | Prop. Pop. Adulta |
| Média | 59,61 | 26,22 | 33,96 | 62,02 | 25,37 | 26,94 | 65,52 | 24,24 | 39,18 |
| Mediana | 58,43 | 26,07 | 34,09 | 62,60 | 24,95 | 26,65 | 66,64 | 24,29 | 39,40 |
| Moda | 20,90 | 21,92 | 24,60 | 79,10 | 20,89 | 22,06 | 54,06 | 20,49 | 34,43 |
| Desvio Padrão | 19,47 | 1,72 | 26,18 | 18,64 | 2,23 | 2,29 | 18,46 | 1,86 | 1,85 |
| Amplitude | 78,30 | 0,08 | 0,14 | 75,40 | 16,37 | 16,52 | 71,78 | 7,84 | 8,64 |
| Mínimo | 20,9 | 0,22 | 0,24 | 23,8 | 20,89 | 22,06 | 27,08 | 20,49 | 34,43 |
| Máximo | 99,2 | 0,30 | 0,39 | 99,2 | 37,26 | 38,58 | 98,86 | 28,33 | 43,06 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

crescente ao longo dos anos. O desvio padrão varia entre 19,47 e 18,46 demonstrando que na mesorregião há considerável diferença de taxa de urbanização entre os municípios. As variáveis Proporção de População Jovem e Proporção de População Adulta também segue a tendência do estado, reproduzindo o padrão brasileiro. A proporção de população jovem se reduz ao longo do tempo em detrimento do aumento da população adulta, devido à mudança na pirâmide etária com o envelhecimento populacional.

Ampliando a análise dos dados para os 33 municípios do Território em estudo, verifica-se que a média da taxa de urbanização dessas cidades, segue o mesmo comportamento crescente quando comparado com Minas Gerais e com a Zona da Mata, com valores de 54,49% em 2000, 57,73% 2005 e 61,66 de 2010, conforme Tabela 3.

Quando se avalia a proporção de população jovem e a proporção de população adulta tem-se que os municípios do Território em Estudo se assemelham a Minas Gerais e a mesorregião da Zona da Mata apresentando redução da proporção da população jovem com o aumento da proporção da população adulta.

A análise comparativa entre a situação demográfica de Minas Gerais com a mesorregião da Zona da Mata e os municípios do Território em Estudo, conforme apresentado na Figura 2, demonstra que a exemplo do estado, tanto a Zona da Mata como os municípios do Território em Estudo apresentam crescimento na média da Taxa de Urbanização.

Apesar do crescimento na taxa de urbanização nos municípios do Território Estudado ao longo dos períodos em análise, em relação ao Estado e a Zona da Mata, estes municípios apresentam as menores taxas de urbanização, evidenciando que, na maioria dos municípios, a população ainda vive no campo. Esta forte vinculação e dependên-

cia das atividades agropecuárias sugere prioridade nos padrões de intervenção a ser considerado na introdução de políticas públicas.

Entretanto há de considerar-se que o crescimento na taxa de urbanização expõe uma fragilidade dos municípios do Território em Estudo que é a redução da população economicamente ativa no meio rural, principalmente pelo fato de parte desses municípios terem na agricultura sua base econômica. Esta situação apesar de generalizada oportuniza a introdução de políticas mais intensivas em produtividade agropecuária e agregação de valor agrícola, como agroindústrias, base de qualquer ação integrada entre o espaço urbano e rural. Em relação à proporção de população jovem observa-se que, em média, os municípios do Território Estudado apresentam valores maiores que o Estado e a mesorregião da Zona da Mata conforme evidenciado na Figura 3.

No entanto, pela observação da Figura 3, fica evidente a redução na proporção da população jovem ao longo dos anos. Esse fato é resultante do envelhecimento da população observado na Figura 4. O crescimento na proporção da população adulta fica claro nas informações apresentadas na Figura 4, sendo que tanto o estado, como a Zona da Mata e os municípios do Território Estudado apresentam valores próximos para essa variável.

O envelhecimento da população mostra que as três unidades de análise seguem a tendência de mudança na pirâmide etária no Brasil. Esses dados levam a seguinte reflexão: a região está preparada para a mudança neste perfil demográfico? Quais os impactos na economia e na renda?

Dessas análises decorre o fato de uma menor população jovem e maior população idosa impactar diretamente na mudança de característica das demandas por serviços de lazer, saúde e educação. Há impactos também na renda gerada, visto que a população economicamente ativa tende a diminuir

Tabela 3 - Variáveis Demográficas dos Municípios do Território Estudado

| | 2000 | | | 2005 | | | 2010 | | |
|----------------------|--------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|
| | Taxa de Urb. | Prop. Pop. Jovem | Prop. Pop. Adulta | Taxa de Urb. | Prop. Pop. Jovem | Prop. Pop. Adulta | Taxa de Urb. | Prop. Pop. Jovem | Prop. Pop. Adulta |
| Média | 54,49 | 26,59 | 32,48 | 57,73 | 25,89 | 26,29 | 61,66 | 24,61 | 38,41 |
| Mediana | 53,47 | 26,36 | 32,32 | 58,70 | 25,67 | 26,20 | 65,01 | 24,31 | 38,13 |
| Moda | 21,20 | 21,92 | 28,01 | 72,10 | 22,83 | 22,02 | 28,56 | 20,87 | 35,52 |
| Desvio Padrão | 18,59 | 19,17 | 19,52 | 17,87 | 1,61 | 1,81 | 17,75 | 2,04 | 1,39 |
| Amplitude | 71,00 | 0,08 | 0,08 | 68,10 | 6,46 | 8,84 | 64,63 | 8,27 | 5,57 |
| Mínimo | 21,2 | 0,23 | 0,28 | 24,60 | 22,83 | 22,02 | 28,56 | 20,87 | 35,52 |
| Máximo | 92,2 | 30,23 | 36,34 | 92,70 | 29,30 | 30,86 | 93,19 | 29,14 | 41,10 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

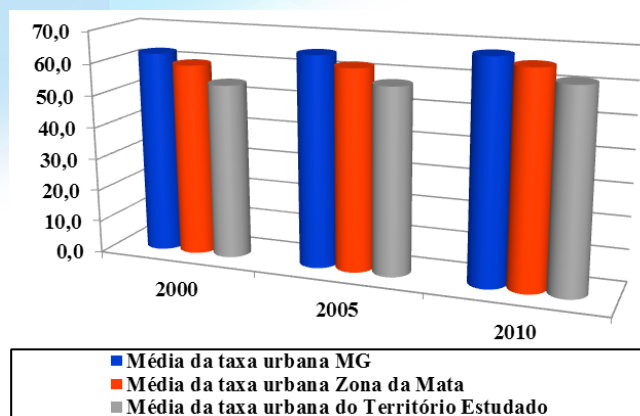


Figura 2 - Taxa de Urbanização em Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território em Estudo. Fonte: Dados da Pesquisa.

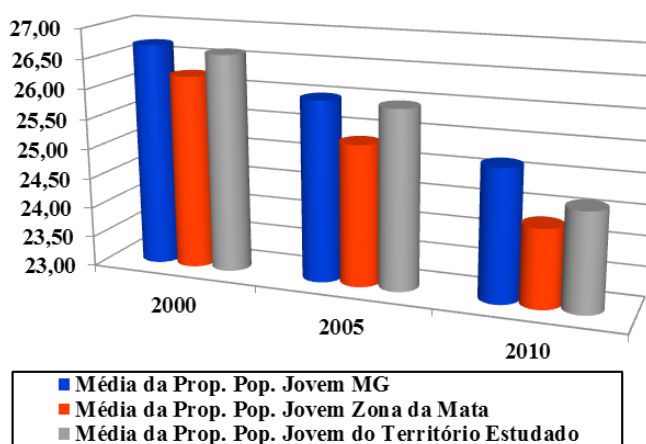


Figura 3 - Proporção População Jovem Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território em Estudo. Fonte: Dados da Pesquisa.

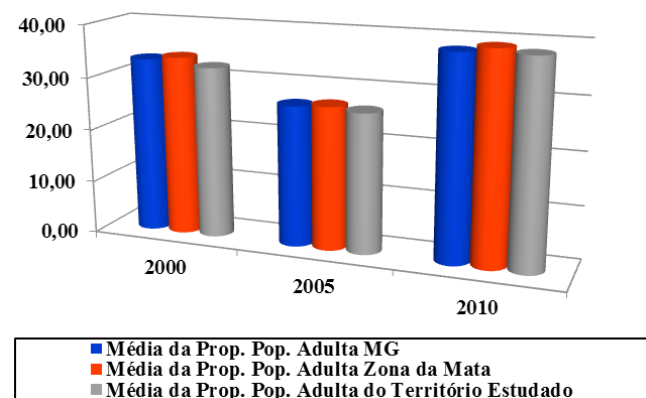


Figura 4 - Proporção de População Adulta Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território em Estudo. Fonte: Dados da Pesquisa.

e haverá um maior comprometimento de renda do Governo Federal com benefícios sociais, o que significará também menos capital para investimentos.

Porém, há também vantagens quando se considera a “janela de oportunidade demográfica”, uma vez que, a maioria da população está

na fase produtiva e os investimentos na educação infantil, por exemplo, passam a ser decrescentes, podendo-se investir na melhoria dos outros níveis. Caberá cada região e cada município se adaptarem a essa nova realidade.

3.2. Educação

Estudos são consensuais ao identificar a educação, em quantidade e qualidade, como fatores determinantes para o desenvolvimento humano e o crescimento econômico.

Minas Gerais tem conseguido avanços significativos no campo de educação, desde o ano de 2003. O estado reduziu a taxa de distorção série-idade da rede estadual tanto no ensino fundamental (passou de 30,5%, em 2001, para 19,3% de alunos com idade superior à adequada a cada série em 2010) como no ensino médio (diminuiu de 59,2% para 33,8% no mesmo período). No entanto, os dados sobre a qualidade da educação no Estado revelam que ainda são necessárias melhorias, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 - Evolução do IDEB 6º ao 9º ano para Minas Gerais

| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 |
|----------------------|------|------|------|------|
| Média | 3,46 | 3,77 | 4,17 | 4,46 |
| Mediana | 3,50 | 3,70 | 4,20 | 4,50 |
| Moda | 3,30 | 3,60 | 4,10 | 4,40 |
| Desvio Padrão | 0,57 | 0,57 | 0,58 | 0,58 |
| Amplitude | 3,40 | 3,80 | 3,60 | 3,70 |
| Mínimo | 1,50 | 2,00 | 2,40 | 2,50 |
| Máximo | 4,90 | 5,80 | 6,00 | 6,20 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) é calculado pelo INEP a partir dos dados de aprovação, obtidos através do Censo Escolar e da Prova Brasil. O índice varia de 0 a 10, sendo valores iguais ou superiores a 6 considerado padrão internacional.

Conforme observado na Tabela 5 a média do IDEB para o Estado apresentou evolução considerável, aumentando em 1 ponto entre o período de 2005 a 2011. No entanto, ainda é preciso avançar nesse setor para se alcançar o padrão internacional. A situação da educação nos municípios da Zona da Mata se assemelha a do Estado conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 - Evolução do IDEB 6º ao 9º ano para Mesorregião da Zona da Mata

| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 |
|----------------------|------|------|------|------|
| Média | 3,54 | 3,78 | 4,25 | 4,42 |
| Mediana | 3,50 | 3,70 | 4,20 | 4,40 |
| Moda | 3,80 | 3,70 | 4,20 | 4,30 |
| Desvio Padrão | 0,52 | 0,48 | 0,55 | 0,58 |
| Amplitude | 2,80 | 2,30 | 3,00 | 3,00 |
| Mínimo | 1,90 | 2,90 | 2,80 | 2,60 |
| Máximo | 4,70 | 5,20 | 5,80 | 5,60 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

A evolução do IDEB evidencia melhoria na qualidade da educação nos municípios da mesorregião da Zona da Mata. No entanto, os valores médios, ainda estão aquém do padrão internacional, o que indica necessidade de políticas voltadas para educação fundamental. Nos municípios do Território Estudado, a qualidade da educação também está melhorando ao longo do tempo conforme pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 - Evolução do IDEB 6º ao 9º ano Municípios Território Estudado

| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 |
|----------------------|------|------|------|------|
| Média | 3,35 | 3,61 | 4,18 | 4,40 |
| Mediana | 3,20 | 3,70 | 4,10 | 4,40 |
| Moda | 3,80 | 3,70 | 3,80 | 4,70 |
| Desvio Padrão | 0,50 | 0,45 | 0,53 | 0,53 |
| Amplitude | 2,00 | 2,20 | 1,70 | 2,10 |
| Mínimo | 2,50 | 2,50 | 3,40 | 3,50 |
| Máximo | 4,50 | 4,70 | 5,10 | 5,60 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

A evolução do IDEB na região mostra a melhoria da educação com aumento de 1,05 no índice entre o período de 2005 e 2011. Dessa forma, os municípios do Território Estudado apresentaram melhor evolução no campo de educação do que o Estado e a Zona da Mata, sendo esse um fator muito importante para o desenvolvimento regional. Na Figura 5 pode-se observar de forma comparativa a evolução na qualidade da educação em Minas Gerais, na Zona da Mata e dos Municípios do Território Estudado.

A análise comparativa demonstra uma tendência de melhoria na qualidade da educação tanto no estado, como na região da Zona da Mata e na região dos municípios do Território Estudado. No entanto, também fica evidente a necessidade de políticas na área de educação para alcançar o padrão internacional de qualidade da educação, que corresponde ao valor de IDEB de 6,0, o que ainda se demonstra bem aquém da capacidade dos municípios mineiros. A necessidade de investimentos em educação é ressaltada pela análise da

Figura 6 que apresenta a taxa de analfabetismo para Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado.

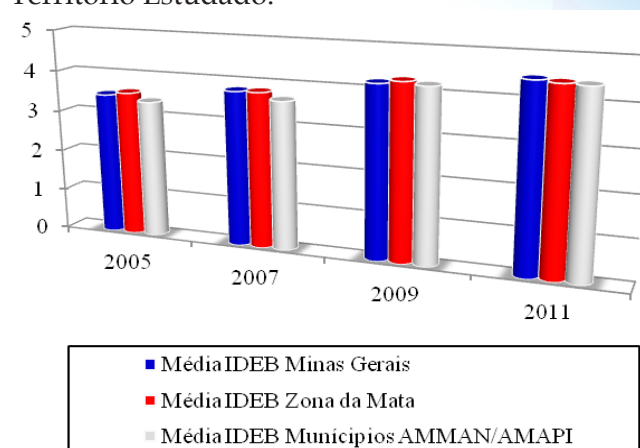


Figura 5 - IDEB Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios Território Estudado. IDEB Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

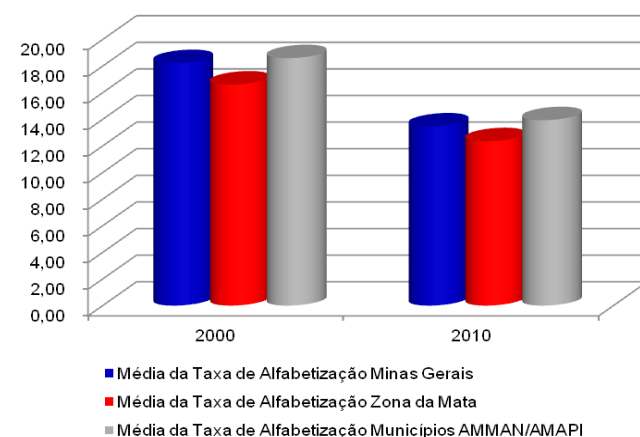


Figura 6 - Taxa de Alfabetização Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado

Fonte: Dados da Pesquisa.

A taxa de alfabetização, como demonstrado no Figura 6, reduziu entre os períodos de 2000 e 2010, no entanto, os municípios do Território Estudado são os que, em média, apresentam a maior taxa de alfabetização, referente ao valor de 13,93 em 2010. Ainda assim, é necessária a atenção do poder público com políticas em prol da elevação desta taxa na região. Existem várias políticas públicas, de âmbito estadual e federal, voltadas a educação de jovens e adultos, o que requer dos governos locais projetos e articulação operacional e política para acessá-los.

3.3. Economia

No setor econômico, Minas Gerais ocupa papel central entre os estados brasileiros, sendo a terceira maior economia do Brasil. No ano de 2010 apresentou 9,4% de valor agregado da economia do País, além de uma taxa de crescimento de 10,9%

do Produto Interno Bruto (PIB), bem superior a média do País. As variáveis econômicas para o Estado podem ser observadas na Tabela 7. Conforme pode ser observado nesta tabela, a economia de Minas Gerais vem crescendo significativamente, ao considerar o período entre 2005 e 2010. No entanto, cabe destacar que a inflação acumulada entre o período de 2000 e 2010 foi de 101,17%.

O PIB per capita passou de R\$3.818,68 em 2000 para R\$12.213,80 em 2010 demonstrando a evolução da economia mineira nesta década, sendo o aumento real de aproximadamente 118,67% considerando a inflação entre os períodos medida pelo IPCA. O Valor Fiscal Agregado (VAF) representa o somatório dos valores adicionados realizados no território, refletindo o potencial de geração de receitas internas. Como pode ser observado na Tabela 8, assim como o PIB per capita, o VAF per capita apresenta evolução considerável passando de R\$2,42 em 2000, para R\$11,95 em 2010, apresentando crescimento real de 292,63%, considerando a inflação acumulada entre o período de 2000 a 2010.

Além disso, constata-se que a moda, ou seja, o valor que mais se repete, é o mesmo valor para o mínimo em relação, ou seja, aproximadamente, R\$0,02. Isso evidencia a situação de limitado po-

der econômico de vários municípios mineiros. Por outro lado, os valores de desvio padrão de R\$5,13 em 2000 e de R\$9,31 em 2010 apontam para a diversidade econômica do estado, ou seja, a diferença entre os municípios no valor do VAF per capita é significativo, sendo que o menor valor é de R\$0,08 e o maior de \$418,61 considerando o ano de 2010, mostrando o desnível na produção de riquezas entre os municípios mineiros. As médias para as variáveis de economia são apresentados na Tabela 8 que demonstra uma situação distinta em relação ao estado.

As variáveis econômicas referentes à Zona da Mata mineira demonstram a evolução do PIB per capita para região. O crescimento é considerável no período passando de R\$2.848,88 em 2000 para R\$8.548,82 em 2010, representado em valores reais 95,75% considerando a inflação entre os períodos medida de acordo com IPCA. É evidente a melhora econômica da região neste período, como um todo. No entanto, os valores do desvio padrão e da amplitude desta variável, reforçam o caráter de diversidade existente entre os municípios da Zona da Mata.

De modo análogo ao que se observou para o PIB per capita, o VAF per capita tem uma evolução considerável no período passando de R\$1,03 em 2000 para R\$5,31 em 2010, aumento de mais

Tabela 7 - Variáveis Econômicas, em unidades monetárias R\$, Minas Gerais

| | 2000 | | 2005 | | 2010 | |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | PIB Capita | VAF Capita | PIB Capita | VAF Capita | PIB Capita | VAF Capita |
| Média | 3.818,68 | 2,42 | 7122,82 | 5,01 | 12.213,80 | 11,95 |
| Mediana | 2.872,30 | 1,10 | 5040,20 | 2,34 | 8.512,00 | 5,31 |
| Moda | 1.656,30 | 0,02 | 2750,40 | 0,09 | 6.597,40 | 0,08 |
| Desvio Padrão | 3.847,83 | 5,13 | 8248,36 | 9,31 | 14.094,50 | 27,33 |
| Amplitude | 61.341,50 | 78,36 | 151.078,60 | 124,55 | 236.180,40 | 418,53 |
| Mínimo | 982,90 | 0,02 | 1779,50 | 0,09 | 3.593,20 | 0,08 |
| Máximo | 62.324,40 | 78,37 | 152.858,10 | 124,65 | 239.773,60 | 418,61 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 8 - Variáveis Econômicas da Zona da Mata, em unidades monetárias R\$

| | 2000 | | 2005 | | 2010 | |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | PIB Capita | VAF Capita | PIB Capita | VAF Capita | PIB Capita | VAF Capita |
| Média | 2.848,88 | 1,03 | 5.069,43 | 2,43 | 8.548,82 | 5,31 |
| Mediana | 2.665,95 | 0,85 | 4.812,40 | 1,80 | 7.947,60 | 4,38 |
| Moda | 2.373,80 | 0,09 | 2.522,50 | 0,33 | 4.566,50 | 1,11 |
| Desvio Padrão | 970,78 | 0,79 | 1.757,23 | 2,54 | 3.251,16 | 3,57 |
| Amplitude | 5.933,70 | 4,73 | 9.914,20 | 23,89 | 23.670,30 | 20,00 |
| Mínimo | 1.420,30 | 0,09 | 2.522,50 | 0,33 | 4.566,50 | 1,11 |
| Máximo | 7.354,00 | 4,81 | 12.436,70 | 24,22 | 28.236,80 | 21,11 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

de cinco vezes, em valores nominais. Este fato torna-se relevante, ao considerar a que a inflação acumulada do período foi de 101,17%, ou seja, descontando a inflação o VAF aumentou 314,36% entre os períodos de análise. Os valores de amplitude e do desvio padrão também mostram a diversidade entre os municípios da região com relação à capacidade de geração de receita.

Para os municípios do Território Estudado, as variáveis econômicas são apresentadas na Tabela 9. Os dados econômicos mostram que os municípios do Território Estudado seguem a mesma tendência que o Estado e a Zona da Mata para o crescimento do PIB per capita e do VAF per capita apresentando evolução significativa de R\$2.556,42 em 2000 para R\$7.520,79 em 2010 para o PIB, crescimento real de 93,02% considerando a inflação acumulada entre os períodos. O VAF teve evolução de R\$0,88 em 2000 e R\$5,37 em 2010 para o VAF, apresentando crescimento real de 409% considerando a inflação acumulada entre os períodos. No entanto, os valores de amplitude e desvio padrão também demonstram a diversidade entre os municípios do Território Estudado tanto para a riqueza quanto para a capacidade de geração de receita.

A análise comparativa entre o PIB per capita de Minas Gerais, da Zona da Mata e dos Municípios do Território Estudado mostra que apesar da tendência de crescimento há diferenças significativas entre eles conforme pode ser observado na Figura 7.

Como pode ser observado, o crescimento do PIB per capita dos municípios do Território Estudado é o menor em comparação com a média do estado e da Zona da Mata, que é uma das regiões mais pobres do Estado. A Zona da Mata responde por 7,6% do PIB mineiro, mas vem perdendo participação no período recente.

Entre 2001 e 2008, a participação regional no PIB mineiro caiu 0,7 pontos percentuais. A situação é ainda mais agravante para os municípios do Território Estudado que possui um PIB per capita menor do que da mesorregião como um todo. A mesma dinâmica pode ser observada na comparação do VAF per capita de Minas Gerais, da Zona da Mata e dos Municípios do Território Estudado conforme observado na Figura 8.

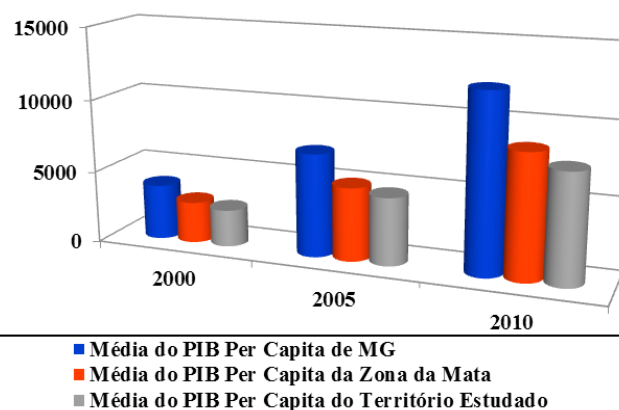


Figura 7 - PIB per Capita Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

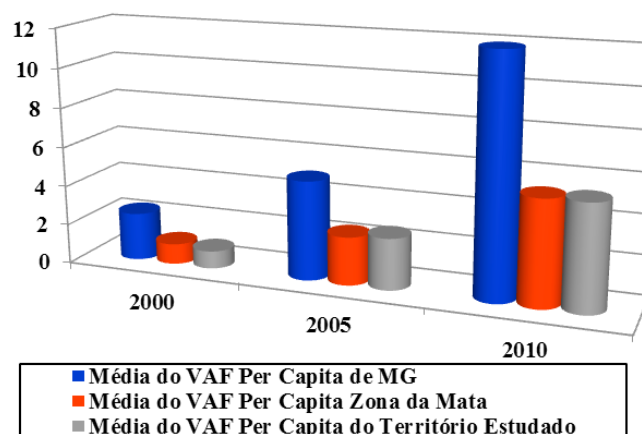


Figura 8 - VAF per Capita Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 9 - Variáveis Econômicas Municípios Território Estudado, em unidades monetárias R\$

| | 2000 | | 2005 | | 2010 | |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | PIB Capita | VAF Capita | PIB Capita | VAF Capita | PIB Capita | VAF Capita |
| Média | 2.556,42 | 0,88 | 4.637,97 | 2,58 | 7.520,79 | 5,37 |
| Mediana | 2.389,70 | 0,82 | 4.573,80 | 2,23 | 7.017,20 | 5,37 |
| Moda | 1.600,30 | 0,04 | 2.872,00 | 0,44 | 4.604,10 | 0,21 |
| Desvio Padrão | 688,04 | 0,55 | 1.221,34 | 1,59 | 1.966,67 | 2,94 |
| Amplitude | 2.980,20 | 2,34 | 5.214,20 | 7,17 | 9.163,70 | 13,33 |
| Mínimo | 1.600,30 | 0,04 | 2.872,00 | 0,44 | 4.604,10 | 0,21 |
| Máximo | 4.580,50 | 2,39 | 8.086,20 | 7,61 | 13.767,80 | 13,54 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

A Figura 8 demonstra que o crescimento do VAF per capita na Zona da Mata e nos Municípios do Território Estudado está bem abaixo em relação ao Estado. Isso demonstra que a capacidade dos municípios destas regiões em gerar receitas é bem menor do que a média do Estado, reforçando a condição econômica precária desta região.

O padrão evidenciado na Figura 8 demonstra que as regiões do Território Estudado e da Zona da Mata, vive um período de recessão, em evidente descompasso com a tendência do restante do Estado. Tais evidências permitem registrar que há um padrão de evolução econômica positivo em Minas Gerais, que não é acompanhado na mesma intensidade na região em estudo, o que remete a necessidade de políticas de intervenção e ações de desenvolvimento.

3.4. Renda e Emprego

Minas Gerais é um estado com características heterogêneas principalmente devido a sua grande extensão e o elevado número de municípios. Ao considerar os padrões de emprego e renda, apenas uma cuidadosa análise exploratória de dados seria capaz de analisar e sumarizar as diferenças existentes no nível regional, bem como destacar as características dos municípios da região em estudo em relação aos demais municípios do Estado. Na Tabela 10, é apresentada a estatística descritiva destas variáveis estudadas para todos os municípios mineiros.

A partir dos resultados apresentados, percebe-se que houve considerável crescimento na média da proporção de pessoas ocupadas no estado. A proporção de pessoas ocupadas em atividades relacionadas à agropecuária e a proporção de estabelecimentos agropecuários destaca a importância dessa atividade para a região.

O rendimento per capita, representa o rendimento médio dos empregados do setor formal, em unidades monetárias, dividido pelo número da população. Considerando a inflação acumulada entre os períodos de 2000 e 2010 de 101,17% medida pelo IPCA, o rendimento médio per capita teve aumento real de 22,88% entre os períodos de 2000 e 2010. A situação de Renda e Emprego para Zona da Mata é apresentada por meio das variáveis na Tabela 11.

A proporção de pessoas ocupadas tem evolução considerável no período aumento, em média, 69,50% entre os períodos de 2000 e 2010. A proporção das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias e a proporção de estabelecimentos agropecuários na região têm reduzido ao longo do tempo, apesar desse setor se destacar na região. O rendimento per capita dos trabalhadores do setor formal é, em média, menor do que do Estado. No entanto, o aumento real do rendimento médio foi de 42,96%, considerando a inflação acumulada no período, valor bem maior que o aumento apresentado pelo Estado. Já para os municípios do Território Estudado a situação de Renda e Emprego é apresentada na Tabela 12.

A proporção de pessoas ocupadas nesses municípios aumentou entre os períodos de 2000 e 2010, em média, 59,24%. A proporção de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias reduziu entre os períodos. A proporção de estabelecimentos agropecuários tem redução de 16,08% entre 2005 e 2010.

A redução das atividades agropecuárias nesses municípios podem estar relacionadas a redução da população economicamente ativa na área rural. No entanto, destaca-se que essa atividade é um dos maiores potenciais da região. Neste sentido, ressalta-se a necessidade de políticas públicas para fortalecimento da agropecuária nesses municípios.

Tabela 10 - Variáveis de Renda e Emprego Minas Gerais

| | 2000 | | | | 2005 | | | | 2010 | | | |
|----------------------|------------------|-----------------------|-------------------|------------------|-----------------|-----------------------|-------------------|------------------|-----------------|-----------------------|-------------------|------------------|
| | Prop. Pes. Ocup. | Prop. Pes. Ocup. Agro | Prop. Estab. Agro | Rend. Per Capita | Prop. Pes. Ocup | Prop. Pes. Ocup. Agro | Prop. Estab. Agro | Rend. Per Capita | Prop. Pes. Ocup | Prop. Pes. Ocup. Agro | Prop. Estab. Agro | Rend. Per Capita |
| Média | 8,20 | 21,99 | 42,03 | 61,65 | 11,43 | 17,52 | 39,46 | 89,67 | 13,77 | 15,33 | 34,44 | 138,13 |
| Mediana | 7,27 | 17,29 | 41,67 | 44,73 | 10,03 | 13,90 | 39,29 | 66,60 | 12,07 | 11,92 | 33,52 | 105,48 |
| Moda | 0,03 | 2,86 | 50,00 | 6,58 | 0,06 | 2,70 | 50,00 | 28,06 | 5,50 | 3,89 | 50,00 | 37,54 |
| Desvio Padrão | 5,40 | 18,78 | 20,84 | 66,96 | 7,52 | 14,18 | 19,86 | 82,09 | 8,17 | 12,77 | 18,48 | 134,27 |
| Amplitude | 40,89 | 99,87 | 99,13 | 739,16 | 64,61 | 87,36 | 91,76 | 805,08 | 73,55 | 81,30 | 90,06 | 1598,70 |
| Mínimo | 0,04 | 0,13 | 0,87 | 0,14 | 0,06 | 0,19 | 1,10 | 0,23 | 1,90 | 0,00 | 0,85 | 5,90 |
| Máximo | 40,93 | 100,00 | 100,00 | 739,30 | 64,67 | 87,54 | 92,86 | 805,31 | 75,45 | 81,30 | 90,91 | 1604,60 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 11 - Variáveis Renda e Emprego Zona da Mata

| | 2000 | | | | 2005 | | | | 2010 | | | |
|----------------------|------------------|-----------------------|-------------------|------------------|------------------|-----------------------|-------------------|------------------|------------------|-----------------------|-------------------|------------------|
| | Prop. Pes. Ocup. | Prop. Pes. Ocup. Agro | Prop. Estab. Agro | Rend. Per Capita | Prop. Pes. Ocup. | Prop. Pes. Ocup. Agro | Prop. Estab. Agro | Rend. Per Capita | Prop. Pes. Ocup. | Prop. Pes. Ocup. Agro | Prop. Estab. Agro | Rend. Per Capita |
| Média | 7,77 | 20,53 | 40,82 | 46,54 | 11,19 | 17,23 | 38,96 | 72,20 | 13,17 | 13,24 | 33,65 | 113,62 |
| Mediana | 6,80 | 17,85 | 39,13 | 37,63 | 9,15 | 14,51 | 38,03 | 61,13 | 11,42 | 11,03 | 32,22 | 93,15 |
| Moda | 1,58 | 1,58 | 20,00 | 41,99 | 2,49 | 1,11 | 30,00 | 35,14 | 3,45 | 1,03 | 50,00 | 109,85 |
| Desvio Padrão | 4,27 | 14,20 | 18,04 | 33,92 | 7,40 | 12,35 | 19,92 | 45,18 | 6,95 | 9,74 | 18,70 | 74,06 |
| Amplitude | 20,39 | 74,65 | 76,53 | 236,12 | 54,22 | 71,00 | 79,02 | 266,00 | 39,91 | 51,76 | 78,05 | 467,11 |
| Mínimo | 1,58 | 1,54 | 5,14 | 4,42 | 2,49 | 1,11 | 2,00 | 16,75 | 3,45 | 1,03 | 1,37 | 32,71 |
| Máximo | 21,97 | 76,19 | 81,67 | 240,54 | 56,71 | 72,11 | 81,01 | 282,75 | 43,37 | 52,78 | 79,41 | 499,82 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 12 - Variáveis Renda e Emprego dos Municípios do Território Estudado

| | 2000 | | | | 2005 | | | | 2010 | | | |
|----------------------|------------------|-----------------------|-------------------|------------------|------------------|-----------------------|-------------------|------------------|------------------|-----------------------|-------------------|------------------|
| | Prop. Pes. Ocup. | Prop. Pes. Ocup. Agro | Prop. Estab. Agro | Rend. Per Capita | Prop. Pes. Ocup. | Prop. Pes. Ocup. Agro | Prop. Estab. Agro | Rend. Per Capita | Prop. Pes. Ocup. | Prop. Pes. Ocup. Agro | Prop. Estab. Agro | Rend. Per Capita |
| Média | 6,92 | 23,52 | 45,19 | 41,34 | 9,67 | 20,32 | 46,14 | 65,90 | 11,02 | 18,17 | 38,72 | 104,43 |
| Mediana | 5,82 | 22,29 | 44,66 | 33,61 | 8,51 | 19,92 | 44,72 | 53,80 | 8,73 | 14,78 | 37,23 | 74,42 |
| Moda | 2,23 | 1,78 | 10,40 | 6,41 | 3,68 | 1,11 | 11,76 | 20,24 | 3,32 | 1,76 | 27,78 | 29,53 |
| Desvio Padrão | 3,76 | 14,64 | 17,91 | 25,67 | 4,84 | 12,24 | 16,85 | 49,26 | 6,01 | 12,21 | 13,59 | 90,15 |
| Amplitude | 15,48 | 47,74 | 61,94 | 106,75 | 16,08 | 48,76 | 70,59 | 262,51 | 22,79 | 51,03 | 55,58 | 470,29 |
| Mínimo | 2,23 | 1,78 | 10,40 | 6,41 | 3,68 | 1,11 | 11,76 | 20,24 | 3,33 | 1,76 | 11,76 | 29,53 |
| Máximo | 17,72 | 49,52 | 72,34 | 113,16 | 19,76 | 49,87 | 82,35 | 282,75 | 26,12 | 52,78 | 67,35 | 499,82 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

O rendimento médio per capita dos trabalhadores do setor formal teve aumento real de 44,18% entre os períodos de 2000 e 2010, considerando a inflação acumulada para o mesmo período. A Figura 9 permite a realização da análise comparativa da proporção de pessoas ocupadas entre Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado.

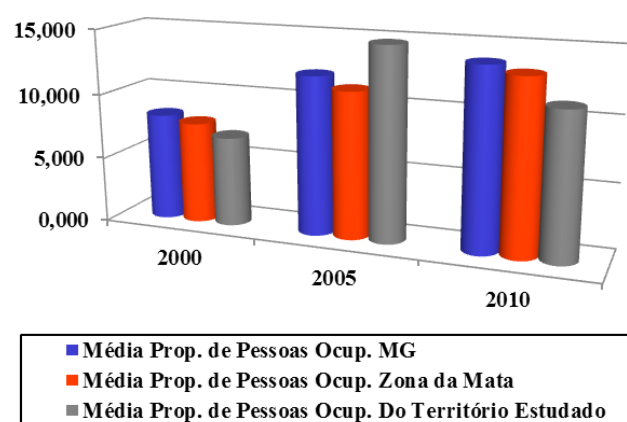


Figura 9 - Proporção de Pessoas Ocupadas Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na Figura 9 fica evidente o aumento na proporção de pessoas ocupadas nos três níveis de

análise. No entanto, ressalta-se que os municípios do Território Estudado são os que, em média possuem a menor proporção de pessoas ocupadas, indicando a necessidade de desenvolvimento econômico para geração de empregos na região. A Figura 10 apresenta a comparação na proporção de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias e a proporção de estabelecimentos agropecuários.

A proporção de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias tem redução entre os períodos de análise. A maior redução proporcional é nos municípios do Território Estudado, sendo que essa redução pode ser sido causada tanto pelo enfraquecimento dessa atividade nos municípios, como pela redução da população economicamente ativa no meio rural.

A proporção de estabelecimentos agropecuários nos municípios do Território Estudado é relativamente maior do que na Zona da Mata e de Minas Gerais, evidenciando a importância do contingente agropecuário para esses municípios. No entanto, a proporção de estabelecimentos agropecuários também diminuiu entre os períodos de análise fortalecendo a ideia de que essa atividade está enfraquecida na região. O rendimento per capita médio dos trabalhadores do setor formal

é apresentado na Figura 11 que permite a análise comparativa entre Minas Gerais, Zona da Mata e municípios do Território Estudado.

O rendimento per capita tem evolução significativa entre os períodos de análise. No entanto, fica evidente que os municípios do Território Estudado são os que possuem menor rendimento per capita. Esse fator explica a redução da população nos municípios da região e a evasão da mão de obra para outros municípios.

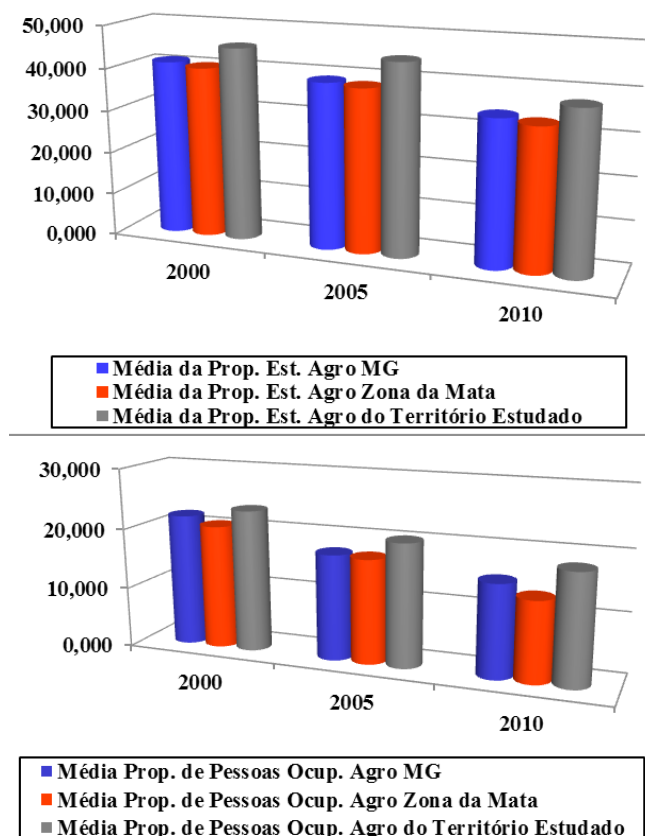


Figura 10 - Proporção de Pessoas Ocupadas Agropecuária e Proporção de Estabelecimentos Agropecuários em Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

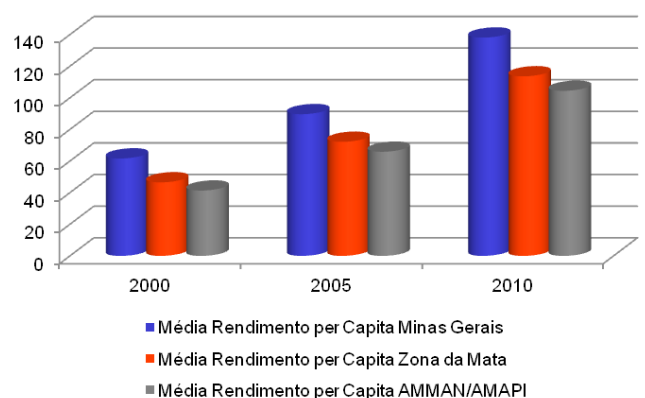


Figura 11 - Rendimento per Capita Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Desse modo, ressalta-se a importância de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico da região possibilitando a geração de emprego e conseqüentemente de renda. Destaca-se a potencialidade da agropecuária para região, que a pesar do enfraquecimento mostrado entre os períodos de análise tem possibilidade promover o desenvolvimento regional e fortalecer a economia local.

3.5. Finanças

O estado de Minas Gerais enfrenta o desafio de compatibilizar ajustes fiscais com a demanda crescente por serviços públicos, em uma sociedade caracterizada pelo crescente envelhecimento da população e a elevação de gastos com saúde e seguridade social. Trata-se, sobretudo do modelo de Estado brasileiro adotado, que tenta a um só tempo garantir proteção social e manter padrões de investimento capazes de impulsionar o crescimento, a exemplo do PAC.

Nos municípios a principal fonte de receita são as transferências governamentais e a arrecadação própria. De conhecimento comum, a principal fonte de financiamento do setor público é a arrecadação de tributos. Entretanto, esse é, por outro lado, um dos maiores pesos e fatores limitantes do crescimento do setor privado. A carga tributária que já representou aproximadamente 20% do PIB nacional em 1988, hoje equivale a aproximadamente 37%.

Uma das medidas de poder econômico municipal está na sua capacidade de geração interna de receita, frente às receitas de transferências. A Tabela 13 demonstra a média da receita própria e das transferências governamentais em termos per capita, além do esforço orçamentário.

Os dados da Tabela 13 evidenciam o aumento na receita própria dos municípios em valores absolutos, sendo esse valor quatro vezes maior em 2010 em relação a 2000. No entanto, ao comparar a receita própria com as transferências governamentais percebe-se a manutenção do padrão de forte dependência financeira dos municípios em relação ao Estado e a União.

Como resultante dessa dependência, tem-se que o esforço orçamentário, que representa a arrecadação própria em relação à receita disponível, é relativamente baixo, evidenciando que em 2010, em média, os municípios conseguiram arrecadar apenas 6% das receitas totais disponíveis.

Situação semelhante pode ser observada nos municípios da Zona da Mata conforme exposto na Tabela 14. Os municípios também dependem das

Tabela 13 - Variáveis Financeiras Minas Gerais

| | 2000 | | | 2005 | | | 2010 | | |
|---------------------|-----------------------|---------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-------------|
| | Rec. Prop. Munic/Cap. | Transf. Interg/Cap. | Esf. Orçam. | Rec. Prop. Munic/Cap. | Transf. Interg/Cap. | Esf. Orçam. | Rec. Prop. Munic/Cap. | Transf. Interg/Cap. | Esf. Orçam. |
| Média | 23,65 | 425,03 | 0,07 | 39,66 | 838,51 | 0,04 | 93,78 | 1.397,47 | 0,06 |
| Mediana | 15,83 | 363,17 | 0,04 | 21,61 | 672,34 | 0,03 | 55,53 | 1.153,40 | 0,04 |
| Moda | 0,50 | 110,52 | 0,05 | 1,07 | 118,10 | 0,00 | 1,32 | 170,11 | 0,00 |
| Desvio adrão | 35,25 | 224,42 | 0,07 | 80,64 | 678,56 | 0,05 | 195,71 | 831,19 | 0,11 |
| Amplitude | 769,36 | 2.245,89 | 0,62 | 1.461,40 | 13.033,92 | 0,45 | 3.711,10 | 9.257,61 | 2,48 |
| Mínimo | 0,50 | 110,52 | 0,00 | 1,06 | 118,09 | 0,00 | 1,32 | 170,11 | 0,00 |
| Máximo | 769,86 | 2.356,41 | 0,62 | 1.462,46 | 13.152,01 | 0,45 | 3.712,41 | 9.427,72 | 2,48 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 14 - Variáveis Financeiras da Zona da Mata

| | 2000 | | | 2005 | | | 2010 | | |
|----------------------|-----------------------|---------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-------------|
| | Rec. Prop. Munic/Cap. | Transf. Interg/Cap. | Esf. Orçam. | Rec. Prop. Munic/Cap. | Transf. Interg/Cap. | Esf. Orçam. | Rec. Prop. Munic/Cap. | Transf. Interg/Cap. | Esf. Orçam. |
| Média | 17,83 | 441,03 | 0,05 | 25,55 | 854,45 | 0,03 | 99,66 | 1.499,78 | 0,05 |
| Mediana | 12,41 | 370,30 | 0,03 | 15,25 | 689,20 | 0,02 | 40,14 | 1.197,19 | 0,03 |
| Moda | 0,70 | 173,06 | 0,00 | 2,28 | 325,63 | 0,00 | 5,17 | 533,58 | 0,00 |
| Desvio Padrão | 21,63 | 215,43 | 0,06 | 35,41 | 442,03 | 0,03 | 298,92 | 891,93 | 0,08 |
| Amplitude | 193,23 | 1.167,19 | 0,45 | 253,45 | 2.023,08 | 0,27 | 2.884,82 | 7.188,34 | 0,63 |
| Mínimo | 0,70 | 173,06 | 0,00 | 2,29 | 325,63 | 0,00 | 5,17 | 533,58 | 0,00 |
| Máximo | 193,93 | 1.340,24 | 0,45 | 255,73 | 2.348,71 | 0,27 | 2.889,98 | 7.721,92 | 0,63 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 15 - Variáveis Financeiras Municípios do Território Estudado

| | 2000 | | | 2005 | | | 2010 | | |
|----------------------|-----------------------|---------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-------------|
| | Rec. Prop. Munic/Cap. | Transf. Interg/Cap. | Esf. Orçam. | Rec. Prop. Munic/Cap. | Transf. Interg/Cap. | Esf. Orçam. | Rec. Prop. Munic/Cap. | Transf. Interg/Cap. | Esf. Orçam. |
| Média | 13,10 | 378,14 | 0,04 | 68,46 | 1.163,09 | 0,03 | 66,78 | 1371,70 | 0,04 |
| Mediana | 10,36 | 373,06 | 0,03 | 13,41 | 672,34 | 0,01 | 34,92 | 1131,15 | 0,02 |
| Moda | 1,16 | 240,09 | 0,00 | 3,84 | 354,90 | 0,00 | 10,22 | 727,87 | 0,00 |
| Desvio Padrão | 10,55 | 105,67 | 0,04 | 260,01 | 2.246,14 | 0,03 | 80,92 | 536,14 | 0,05 |
| Amplitude | 46,84 | 416,20 | 0,16 | 120,56 | 1.427,27 | 0,10 | 339,29 | 2.312,10 | 0,18 |
| Mínimo | 1,16 | 240,09 | 0,00 | 3,84 | 354,90 | 0,00 | 10,22 | 727,87 | 0,01 |
| Máximo | 48,00 | 656,30 | 0,17 | 124,40 | 1.827,17 | 0,11 | 349,51 | 3.039,97 | 0,19 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

transferências governamentais e apresentam baixo esforço orçamentário. No ano de 2010, em média, os municípios da região arrecadaram apenas 5% das receitas disponíveis. Logo, esse padrão é sensivelmente pior do que a média do Estado. No âmbito financeiro os municípios do Território Estudado se encontram em situação ainda pior que à média do estado e da Zona da Mata conforme pode ser observado na Tabela 15.

Trata-se de uma realidade de limitada autonomia financeira, marcada pela baixa arrecadação própria e pela elevada dependência de recursos de transferências governamentais. Esse fato demons-

tra a necessidade de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico da região, que trariam reflexos diretos na situação financeira dos municípios. Depende também da ação do governo local, por meio do uso dos mecanismos possíveis para promover políticas internas e arranjos estruturais que visam ampliar a capacidade de arrecadação.

A análise comparativa entre o estado, a Zona da Mata e os Municípios do Território Estudado demonstra que apesar do crescimento da arrecadação própria entre os períodos analisados, os dados referentes a 2010 destacam que os muni-

cípios do Território Estudado possuem poder de arrecadação bem abaixo da média do estado e da Zona da Mata, apontando para a necessidade de revisão das políticas fiscais desses municípios, urgentemente (Figura 12).

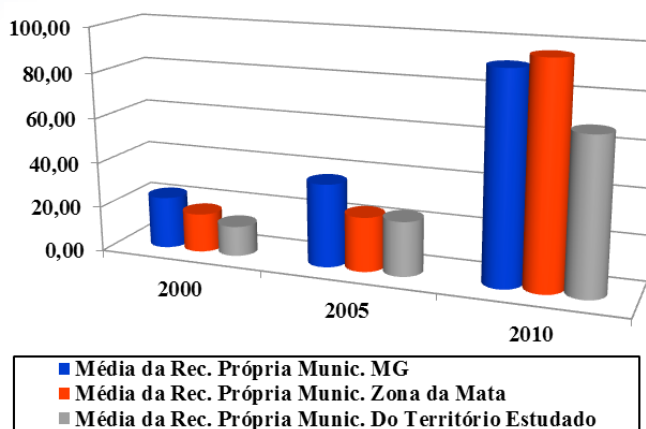


Figura 12 - Receita Própria per capita, em valores monetários, Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

A análise comparativa do esforço orçamentário mostra que, de maneira geral, a capacidade média dos municípios mineiros em arrecadar receitas em relação às transferências governamentais é muito baixa, sendo a maior média de 6% conforme pode ser observado na Figura 13.

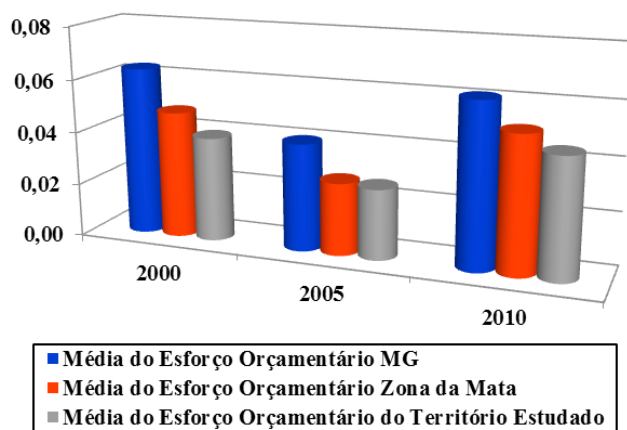


Figura 13 - Esforço Orçamentário médio de Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Apesar do aumento no esforço orçamentário observado entre os períodos de 2005 e 2010, é evidente a dependência dos municípios em relação às transferências governamentais. A situação é ainda pior para os municípios do Território Estudado que em 2010 apresentaram média de esforço orçamentário de aproximadamente 4%. Isso significa que aproximadamente 96% das receitas dos municípios da região do PEDET é proveniente de transferências dos governos Estadual e Federal.

Portanto, apenas estratégias de médio e longo prazo, focadas no crescimento econômico e no desenvolvimento e atração de atividades produ-

tivas de maior valor agregado, poderão reverter essa situação. Isso porque, com o aumento das atividades econômicas os municípios podem aumentar a sua arrecadação e diminuir sua dependência em relação aos entes federados superiores.

3.6. Saúde e Saneamento

Existem padrões positivos em Minas Gerais, que coloca o Estado em situação de destaque frente aos seus pares no país. Um exemplo é a saúde, que embora esteja longe das condições ideais, tem passado por melhoras significativas desde o início dos anos 2000. Essas melhorias já apresentam resultados diretos e indiretos sob a qualidade de vida no Estado.

Por exemplo, a esperança de vida ao nascer passou de 66,4 anos, em 1991, para 75,1 anos, em 2009, superior à média brasileira de 73,1 anos. Além disso, observa-se melhoras em termos de redução da mortalidade infantil (que passou de 26 para 14 crianças por mil nascidos vivos, entre 1997 e 2009) e do acesso da população à atenção primária, com o atendimento do Programa de Saúde da Família (PSF) alcançando 70% da população.

A redução da mortalidade infantil, em parte, pode ser atribuída aos progressos nas condições de saneamento básico, observados na última década. O percentual da população com acesso adequado a esgoto - rede geral ou fossa séptica - aumentou de 54,3%, em 1991, para 69,5%, em 2000, e 75,4%, em 2010. Os dados referentes a saúde e o saneamento básico são expressos na Tabela 16.

O IMRS Saúde é uma média aritmética dos índices referentes aos indicadores: Taxa de mortalidade por doenças cérebro-vasculares da população de 45 a 59 anos; Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina; Proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária; Proporção da população atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF); Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal; Cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, Proporção de óbitos por causas mal definidas e Taxa de mortalidade perinatal. Portanto, é uma medida sintética de qualidade da saúde como um todo.

Conforme se pode observar na Tabela 16 há uma melhoria nas condições de saúde da população com o valor do IMRS passando de 0,52 em 2000 para 0,71 em 2010. No entanto, apesar das variáveis de saneamento básico apresentar valores relativamente altos, tem-se praticamente uma estagnação entre os períodos de análise.

Sendo assim, observa-se que a proporção de internações vinculadas a saneamento básico adequado que era de 4,04% em 2000 e de 3,06% em 2005, volta a subir para 3,32% em 2010, demonstrando que deve se ter atenção à manutenção e

melhoramento das condições de saneamento no Estado, no intuito de continuar melhorando as condições de saúde da população. Na Zona da Mata, as condições de saúde e bem estar segue as mesmas perspectivas do Estado, conforme pode ser observado na Tabela 17.

A situação da saúde na região, medida pelo IMRS, teve melhora significativa entre os períodos analisados, chegando ao patamar de 0,73 em 2010, para o índice que varia de 0 a 1. Com relação ao saneamento, a situação da região apresenta-

-se favorável, com aproximadamente 90% da população, em média, tendo acesso aos serviços de saneamento básico. No entanto, o crescimento no número de internação por saneamento básico inadequado entre os períodos de 2005 e 2010, revela que avanços precisam ser mantidos e ações precisam ser ampliadas nas políticas de saneamento e atendimento preventivo nessas regiões. Na região dos municípios do Território Estudado, a situação de saúde e saneamento básico apresenta-se favorável conforme apresentado na Tabela 18 a seguir.

Tabela 16 - Saúde e Saneamento em Minas Gerais

| | 2000 | | | | 2005 | | | | 2010 | | | |
|----------------------|------------|---------------|----------------|-----------------------------|------------|---------------|----------------|-----------------------------|------------|---------------|----------------|-----------------------------|
| | IMRS Saúde | Água Encanada | Coleta de Lixo | Prop. Intern. Saneam. Inad. | IMRS Saúde | Água Encanada | Coleta de Lixo | Prop. Intern. Saneam. Inad. | IMRS Saúde | Água Encanada | Coleta de Lixo | Prop. Intern. Saneam. Inad. |
| Média | 0,52 | 82,48 | 83,11 | 4,04 | 0,65 | 82,48 | 83,59 | 3,06 | 0,71 | 82,67 | 83,10 | 3,32 |
| Mediana | 0,54 | 91,23 | 90,49 | 3,24 | 0,67 | 91,23 | 91,48 | 2,33 | 0,72 | 91,66 | 90,45 | 1,92 |
| Moda | 0,54 | 98,17 | 100,00 | 0,00 | 0,73 | 98,17 | 98,89 | 0,00 | 0,68 | 100,00 | 100,00 | 0,00 |
| Desvio Padrão | 0,12 | 19,28 | 18,76 | 3,11 | 0,11 | 19,28 | 18,24 | 2,64 | 0,07 | 19,85 | 18,77 | 3,99 |
| Amplitude | 0,63 | 86,42 | 89,59 | 16,09 | 0,60 | 86,42 | 88,72 | 20,68 | 0,44 | 85,22 | 89,59 | 39,14 |
| Mínimo | 0,18 | 13,38 | 10,41 | 0,00 | 0,29 | 13,38 | 11,28 | 0,00 | 0,45 | 14,78 | 10,41 | 0,00 |
| Máximo | 0,81 | 99,80 | 100,00 | 16,09 | 0,89 | 99,80 | 100,00 | 20,68 | 0,89 | 100,00 | 100,00 | 39,14 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 17 - Saúde e Saneamento em Minas Gerais

| | 2000 | | | | 2005 | | | | 2010 | | | |
|----------------------|------------|---------------|----------------|-----------------------------|------------|---------------|----------------|-----------------------------|------------|---------------|----------------|-----------------------------|
| | IMRS Saúde | Água Encanada | Coleta de Lixo | Prop. Intern. Saneam. Inad. | IMRS Saúde | Água Encanada | Coleta de Lixo | Prop. Intern. Saneam. Inad. | IMRS Saúde | Água Encanada | Coleta de Lixo | Prop. Intern. Saneam. Inad. |
| Média | 0,56 | 91,46 | 90,30 | 3,74 | 0,70 | 91,46 | 90,58 | 2,95 | 0,73 | 91,65 | 89,70 | 3,18 |
| Mediana | 0,58 | 93,52 | 93,64 | 3,31 | 0,72 | 93,52 | 93,83 | 2,43 | 0,72 | 94,07 | 93,45 | 2,41 |
| Moda | 0,48 | 89,72 | 100,00 | 0,00 | 0,65 | 89,72 | 96,76 | 0,00 | 0,67 | 93,15 | 100,00 | 0,00 |
| Desvio Padrão | 0,12 | 8,07 | 9,95 | 2,64 | 0,10 | 8,07 | 9,58 | 2,48 | 0,06 | 8,19 | 11,08 | 2,96 |
| Amplitude | 0,56 | 67,46 | 65,73 | 13,92 | 0,51 | 67,46 | 64,51 | 13,36 | 0,32 | 64,33 | 65,73 | 17,68 |
| Mínimo | 0,21 | 32,18 | 34,27 | 0,00 | 0,38 | 32,18 | 34,55 | 0,00 | 0,56 | 35,67 | 34,27 | 0,00 |
| Máximo | 0,77 | 99,64 | 100,00 | 13,92 | 0,88 | 99,64 | 99,06 | 13,36 | 0,89 | 100,00 | 100,00 | 17,68 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 18 - Saúde e Saneamento Municípios Território Estudado

| | 2000 | | | | 2005 | | | | 2010 | | | |
|----------------------|------------|---------------|----------------|-----------------------------|------------|---------------|----------------|-----------------------------|------------|---------------|----------------|-----------------------------|
| | IMRS Saúde | Água Encanada | Coleta de Lixo | Prop. Intern. Saneam. Inad. | IMRS Saúde | Água Encanada | Coleta de Lixo | Prop. Intern. Saneam. Inad. | IMRS Saúde | Água Encanada | Coleta de Lixo | Prop. Intern. Saneam. Inad. |
| Média | 0,53 | 87,18 | 88,24 | 5,21 | 0,66 | 87,18 | 86,35 | 2,74 | 0,72 | 87,59 | 86,61 | 3,08 |
| Mediana | 0,54 | 88,24 | 89,77 | 5,31 | 0,68 | 88,24 | 88,91 | 1,67 | 0,70 | 88,73 | 88,67 | 2,53 |
| Moda | 0,55 | 60,34 | 65,07 | 6,04 | 0,61 | 60,34 | 23,30 | 0,00 | 0,67 | 61,57 | 36,02 | 0,68 |
| Desvio Padrão | 0,11 | 8,14 | 9,15 | 2,93 | 0,09 | 8,14 | 13,57 | 2,82 | 0,06 | 8,38 | 12,89 | 3,21 |
| Amplitude | 0,49 | 36,87 | 34,93 | 10,64 | 0,38 | 36,87 | 74,83 | 12,33 | 0,31 | 35,95 | 63,98 | 17,15 |
| Mínimo | 0,21 | 60,34 | 65,07 | 1,24 | 0,45 | 60,34 | 23,30 | 0,00 | 0,56 | 61,57 | 36,02 | 0,53 |
| Máximo | 0,69 | 97,21 | 100,00 | 11,88 | 0,83 | 97,21 | 98,13 | 12,33 | 0,87 | 97,52 | 100,00 | 17,68 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

A evolução no valor do IMRS demonstra a melhoria na área de saúde da região do PEDET. Além disso, em todos os períodos analisados mais de 86% da população, em média, teve acesso aos serviços de saneamento básico. No entanto, os valores da amplitude demonstram que há uma diversidade na região, com municípios com indicadores de saúde e saneamento acima da média e outros municípios com valores bem abaixo da média. Contudo, como os valores de média, moda e mediana são próximos pode-se inferir que a maioria dos municípios apresenta esses indicadores com valores próximos da média da região.

A análise comparativa da situação de saúde entre Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado pode ser efetuada com base na Figura 14. Percebe-se que, em média, a situação de saúde teve melhora significativa nas três áreas de análise, com destaque para média da Zona da Mata que foi a melhor nos três períodos e para os municípios do Território Estudado que obtiveram o melhor índice de melhoria relativa.

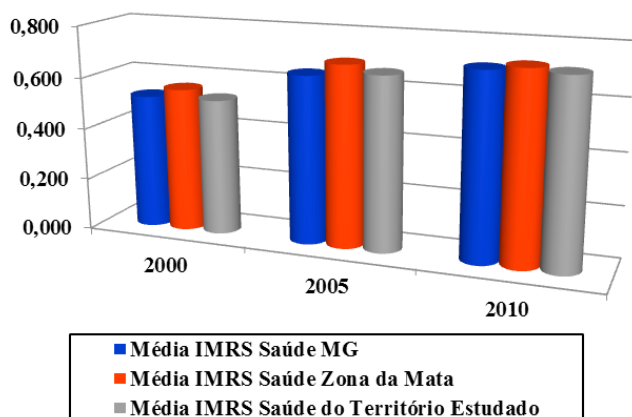


Figura 14 - IMRS Saúde Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ao observar a Figura 15 referente aos indicadores de acesso aos serviços de saneamento observa-se que a Zona da Mata também apresentou os melhores indicadores para os três períodos de análise.

Como a média da Zona da Mata nos serviços de saneamento básico é maior que do estado e dos municípios do Território Estudado, acredita-se que a população por ter maior acesso a esses serviços também apresenta melhores condições de saúde. Apesar das boas condições de saúde e saneamento esses setores merecem monitoramento constante, conforme pode ser observado na Figura 16.

O crescimento na proporção de internações vinculadas a saneamento básico inadequado entre o período de 2005 e 2010 demonstra que ape-

sar da boa situação em saúde e saneamento essas são áreas que merecem monitoramento constante. Destaca-se ainda no gráfico que os municípios do Território Estudado são os que mais reduziram as internações dessa natureza entre o período de 2000 e 2010, o que demonstra avanços tanto em saúde como em saneamento.

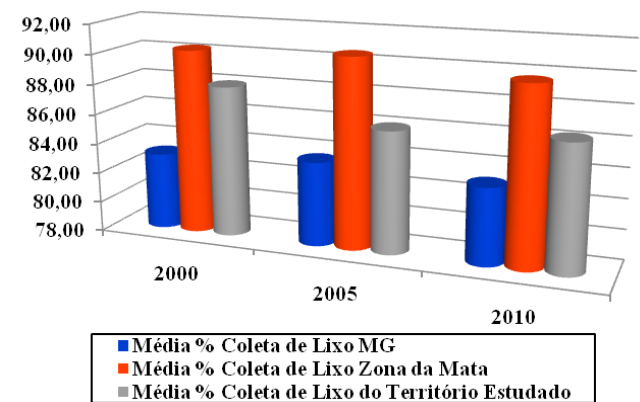
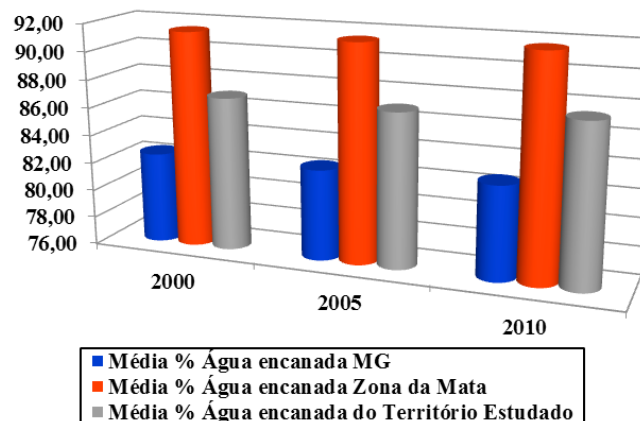


Figura 15 - Percentual de Água encanada de Coleta de Lixo em Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

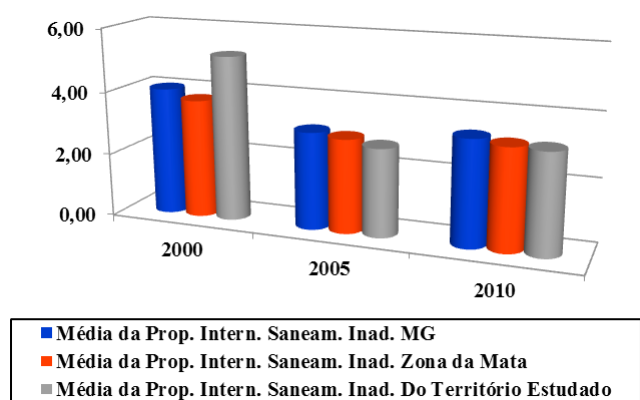


Figura 16 - Proporção de Internações por Saneamento Inadequado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.7. Dimensão Social

Minas Gerais, por ser um estado de grandes dimensões, enfrenta uma grande diversidade nas condições sociais dos cidadãos. Tal diversidade é agravada por fatores demográficos, territoriais e

econômicos. O Estado é marcado por uma grande parcela de cidadãos vivendo em condições de vulnerabilidade social, além de problemas relacionados a diferentes padrões de desigualdade social e pobreza.

Avanços têm sido observados, principalmente a partir dos anos de 2003, em que se intensificaram os programas de transferência de renda e as políticas de proteção social no Brasil. Segundo informações da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto (SEPLAG, 2011) o percentual de pessoas vivendo com renda inferior à linha de pobreza diminuiu de 26% para 15%, entre 2004 e 2009. O percentual de pobres no estado, que no início dos anos de 1990 era mais elevado do que a média do sudeste, passou a ser inferior, nesse período.

No entanto, ainda há no Estado, segundo dados do Censo 2010, cerca de 909 mil pessoas (ou 4,6%) vivendo em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza definida pelo Governo Federal, ou seja R\$ 70,00 per capita. Desse total de pessoas consideradas extremamente pobres, 45% estão na área rural e 55% na área urbana, indicando a necessidade de aprofundamento dos esforços de erradicação da extrema pobreza.

Visando uma melhor compreensão dessa dimensão, a Tabela 19 apresenta os resultados dos esforços que foram realizados, bem como a situação atual, através de 4 variáveis sintetizadoras das condições sociais no nível municipal. A primeira variável representa o número médio mensal de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por mil habitantes.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito garantido pela Constituição Federal, que assegura um salário mínimo mensal ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com

deficiência, de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprovem não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Em ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a 1/4 do salário mínimo vigente.

Entre o período de 2007 e 2011, observa-se redução significativa nesse indicador para o estado o que significa redução na situação da pobreza. Destaca-se a importância desse fato, uma vez que em famílias com o perfil do BPC, muitas vezes acontece da família inteira depender deste benefício para sobreviver.

O índice de cobertura IGDM-C corresponde à razão entre o número de famílias com cadastro válido e a estimativa do número de famílias de baixa renda do município (com renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo). Esse índice demonstra a capacidade dos municípios em mapear sua situação de vulnerabilidade social para que tenham acesso a políticas públicas de redução da pobreza. Como pode-se observar a média do índice aumentou entre 2007 e 2009 e sofreu redução entre 2009 e 2011, demonstrando um descuido no cadastro das famílias com baixa renda.

O IGDM é um indicador que avalia a qualidade da gestão municipal do Programa Bolsa Família. Portando, demonstra a eficiência do município na gestão da política de redução da pobreza via renda condicionada, principalmente no atendimento de suas condicionalidades de educação e saúde. A evolução do IGDM indica melhora na gestão dessa política em âmbito municipal demonstrando maior incentivo e controle para que as crianças mantenham adequada frequência escolar e tenham o acesso a serviços de saúde como pré-natal, saúde bucal e cobertura vacinal.

Tabela 19 - Variáveis Sociais Minas Gerais

| | 2007 | | | | 2009 | | | | 2011 | | | |
|----------------------|----------------|--------------------|------|---------------------|----------------|--------------------|------|---------------------|----------------|--------------------|------|---------------------|
| | Fam. Benf. BPC | Ind. Cober. IGDM-C | IGDM | Transf. PBF/ Capita | Fam. Benf. BPC | Ind. Cober. IGDM-C | IGDM | Transf. PBF/ Capita | Fam. Benf. BPC | Ind. Cober. IGDM-C | IGDM | Transf. PBF/ Capita |
| Média | 28,95 | 0,78 | 0,74 | 65,83 | 14,75 | 0,88 | 0,80 | 78,19 | 16,34 | 0,83 | 0,82 | 109,93 |
| Mediana | 11,90 | 0,78 | 0,73 | 58,76 | 13,60 | 0,93 | 0,80 | 69,53 | 14,95 | 0,86 | 0,83 | 98,05 |
| Moda | 0,10 | 1,00 | 0,72 | 12,13 | 10,70 | 1,00 | 0,80 | 4,57 | 9,30 | 1,00 | 0,84 | 17,14 |
| Desvio Padrão | 135,43 | 0,17 | 0,10 | 37,97 | 9,96 | 0,14 | 0,07 | 46,11 | 9,96 | 0,17 | 0,07 | 68,13 |
| Amplitude | 3619,90 | 0,77 | 0,54 | 536,58 | 82,80 | 0,75 | 0,43 | 582,28 | 74,40 | 0,79 | 0,42 | 923,75 |
| Mínimo | 0,01 | 0,23 | 0,43 | 12,14 | 0,00 | 0,25 | 0,55 | 4,57 | 0,20 | 0,21 | 0,55 | 17,14 |
| Máximo | 3619,90 | 1,00 | 0,97 | 548,72 | 82,80 | 1,00 | 0,98 | 586,85 | 74,60 | 1,00 | 0,97 | 940,89 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

A transferência do Programa Bolsa Família (PBF) per capita é um indicador de pobreza, uma vez que PBF garante renda mínima para famílias que se encontram em vulnerabilidade social e atendam os requisitos do programa. Dessa forma, quanto maior o valor médio da transferência municipal, maior o número de pessoas em situação de pobreza.

A evolução observada na Tabela 19 demonstra aumento no valor das transferências do PBF que foi causada por três motivos básicos: a inflação acumulada no período que foi de 30,15%, o aumento do número de pessoas em situação de pobreza e ainda o aumento no IGDM, que faz com que o município tenha direito a maiores repasses do programa. Os dados apresentados na Tabela 20 evidenciam que a Zona da Mata segue a mesma tendência do estado em relação à assistência social.

O número de famílias com benefícios de prestação continuada já em 2007 demonstra que a região apresenta uma situação de pobreza melhor que o estado. O mesmo pode ser constatado para o IGDM-C e para o IGDM. No entanto, o aumento

no número de famílias com benefícios de prestação continuada e a redução do IGDM-C entre 2007 e 2011 aponta para a necessidade de monitoramento das políticas de redução da pobreza na região.

As transferências do PBF tiveram evolução no período. Considerando a inflação acumulada entre 2007 e 2011 em 30,15%, o aumento real das transferências foi de 36,36%. Esse resultado é decorrente do aumento no IGDM e das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Na Tabela 21, que apresenta as variáveis de assistência social para os municípios do Território Estudado, observa-se que a situação de pobreza na região em 2007 tem padrão pior que o da região da Zona da Mata, confirmando mais uma vez, vulnerabilidade dessa região.

Em 2007 o número de famílias que recebiam BPC na região era mais elevado, assim como os indicadores de gestão apresentam valores inferiores que na Zona da Mata. No entanto, há uma evolução significativa entre os períodos de 2007 e 2011 com a redução das famílias que recebiam BPC e aumento nos indicadores de gestão das políticas de redução de pobreza na região.

Tabela 20 - Variáveis Sociais da Zona da Mata

| | 2007 | | | | 2009 | | | | 2011 | | | |
|----------------------|----------------|--------------------|------|---------------------|----------------|--------------------|------|---------------------|----------------|--------------------|------|---------------------|
| | Fam. Benf. BPC | Ind. Cober. IGDM-C | IGDM | Transf. PBF/ Capita | Fam. Benf. BPC | Ind. Cober. IGDM-C | IGDM | Transf. PBF/ Capita | Fam. Benf. BPC | Ind. Cober. IGDM-C | IGDM | Transf. PBF/ Capita |
| Média | 18,97 | 0,74 | 0,75 | 63,36 | 12,56 | 0,85 | 0,81 | 75,02 | 14,12 | 0,82 | 0,84 | 105,50 |
| Mediana | 7,60 | 0,75 | 0,76 | 62,12 | 11,95 | 0,87 | 0,82 | 73,10 | 13,55 | 0,84 | 0,84 | 106,95 |
| Moda | 0,10 | 1,00 | 0,60 | 22,00 | 1,8 | 1,00 | 0,87 | 20,35 | 6,20 | 1,00 | 0,84 | 26,33 |
| Desvio Padrão | 38,72 | 0,17 | 0,10 | 20,95 | 8,65 | 0,14 | 0,07 | 25,26 | 8,36 | 0,15 | 0,06 | 38,56 |
| Amplitude | 252,30 | 0,75 | 0,41 | 113,83 | 40,50 | 0,50 | 0,29 | 108,28 | 38,90 | 0,56 | 0,30 | 208,33 |
| Mínimo | 0,10 | 0,25 | 0,52 | 22,00 | 0,90 | 0,50 | 0,64 | 20,35 | 1,40 | 0,44 | 0,66 | 26,33 |
| Máximo | 252,40 | 1,00 | 0,93 | 135,84 | 41,40 | 1,00 | 0,93 | 128,63 | 40,30 | 1,00 | 0,96 | 234,66 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 21 - Variáveis Sociais dos Municípios do Território Estudado

| | 2007 | | | | 2009 | | | | 2011 | | | |
|----------------------|----------------|--------------------|------|---------------------|----------------|--------------------|------|---------------------|----------------|--------------------|------|---------------------|
| | Fam. Benf. BPC | Ind. Cober. IGDM-C | IGDM | Transf. PBF/ Capita | Fam. Benf. BPC | Ind. Cober. IGDM-C | IGDM | Transf. PBF/ Capita | Fam. Benf. BPC | Ind. Cober. IGDM-C | IGDM | Transf. PBF/ Capita |
| Média | 25,74 | 0,70 | 0,76 | 85,85 | 12,77 | 0,81 | 0,80 | 97,55 | 14,02 | 0,84 | 0,86 | 137,46 |
| Mediana | 8,40 | 0,68 | 0,73 | 70,36 | 13,25 | 0,83 | 0,82 | 86,04 | 14,65 | 0,86 | 0,85 | 118,93 |
| Moda | 2,80 | 0,57 | 0,60 | 36,36 | 4,90 | 1,00 | 0,83 | 38,49 | 7,10 | 0,84 | 0,85 | 62,81 |
| Desvio Padrão | 56,83 | 0,14 | 0,11 | 86,01 | 7,25 | 0,14 | 0,06 | 92,05 | 7,09 | 0,13 | 0,05 | 149,58 |
| Amplitude | 252,30 | 0,51 | 0,33 | 512,35 | 29,40 | 0,44 | 0,22 | 548,36 | 28,70 | 0,51 | 0,20 | 878,08 |
| Mínimo | 0,10 | 0,49 | 0,60 | 36,36 | 3,00 | 0,56 | 0,68 | 38,49 | 4,90 | 0,49 | 0,77 | 62,81 |
| Máximo | 252,40 | 1,00 | 0,93 | 548,72 | 32,40 | 1,00 | 0,90 | 586,85 | 33,60 | 1,00 | 0,97 | 940,89 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

No entanto, assim como observado para média do Estado e da Zona da Mata, também nos municípios do Território Estudado há um aumento no número de famílias que recebem BPC, indicando a necessidade de monitoramento das políticas de redução da pobreza. O valor das transferências do PBF evidencia a presença da situação de pobreza na região, uma vez que os recursos do programa são destinados às famílias em vulnerabilidade social, buscando quebrar o ciclo intergeracional da pobreza.

O aumento real nas transferências do PBF foi de 29,96%, considerando a inflação acumulada de 30,15% entre os períodos de 2007 e 2011. O aumento nos valores das transferências é resultante tanto do aumento do IGDM como pelo aumento no número de beneficiários.

Contudo, ressalta-se que a melhor maneira de reduzir a pobreza é a geração de emprego e renda. Nesse sentido, é de suma importância o conhecimento das potencialidades dos municípios da região para que possam ser trabalhadas no intuito de promover o desenvolvimento econômico, com ênfase para as atividades agropecuárias.

A análise comparativa entre Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado com relação às famílias que recebem BPC é apresentado na Figura 17. Observa-se que os Municípios do Território Estudado foram os que mais reduziram o número de famílias que recebem BPC em relação a Minas Gerais e a Zona da Mata indicando, portanto, possível redução da pobreza ou no mínimo melhoria das condições de vulnerabilidade social.

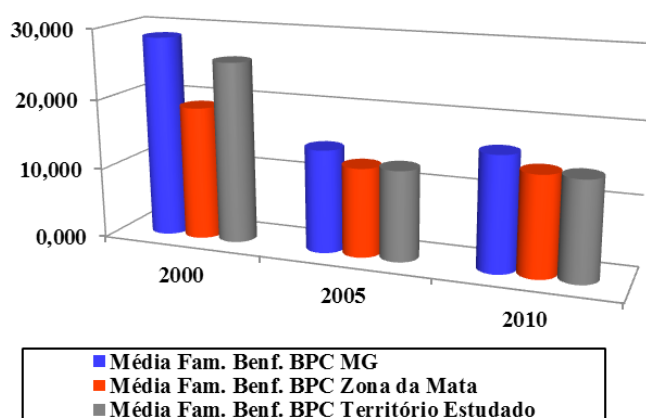


Figura 17 - Famílias Beneficiadas com Benefícios de Prestação Continuada.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com relação aos índices de gestão na Figura 18 percebe-se que apesar de em 2007 os municípios do Território Estudado apresentar o menor valor para o IGDM-C, em 2011 a média desses municípios já se encontra equiparado a de Minas

Gerais e a da Zona da Mata. Destaca-se o valor de IGDM para os municípios do Território Estudado em relação ao Estado e a Zona da Mata. Isso significa que, de forma comparativa, nesses municípios as crianças estão frequentando mais as escolas e possuem melhores condições de saúde.

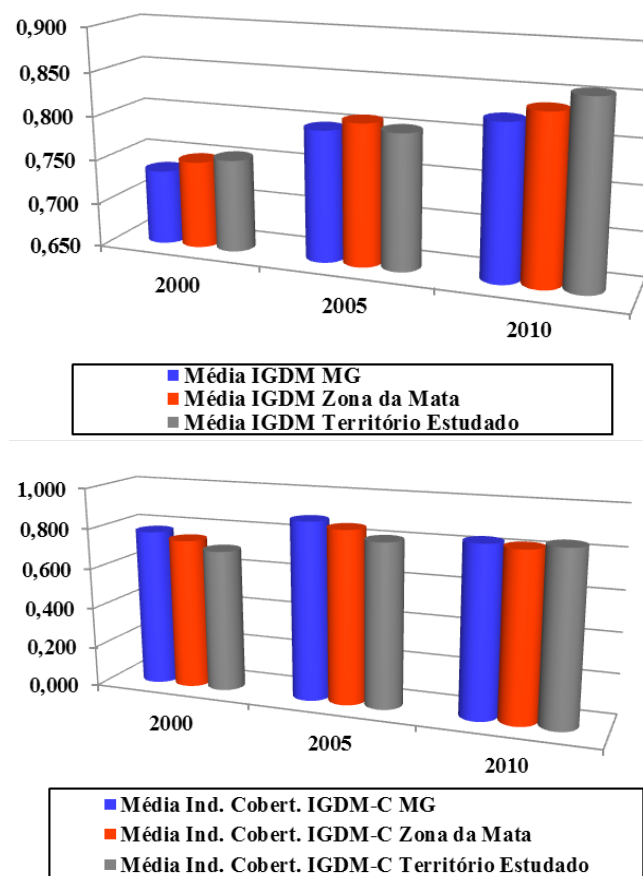


Figura 18 - Média IGDM-C de Minas Gerais, Zona da Mata e dos Municípios do Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

A comparação entre os valores médios das transferências do PBF entre Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios do Território Estudado pode ser efetuada com base na Figura 19. Considerando que quanto maior os valores das transferências mais pessoas se encontram em situação de pobreza, observa-se que a situação de pobreza nos municípios do Território Estudado é significativamente maior que na média do Estado e da Zona da Mata. Sendo assim, os municípios do Território Estudado são os que recebem maiores valores de transferência.

No entanto, destaca-se mais uma vez a necessidade do desenvolvimento de políticas voltadas para a geração de emprego e renda, que representa uma forma efetiva de redução da pobreza, que tem como consequência o arrefecimento da desigualdade social. Na perspectiva de investigar essas dimensões sob a ótica de quem as vivencia no dia-dia, sendo de fato os protagonistas do desenvolvimento regional, a próxima seção tem

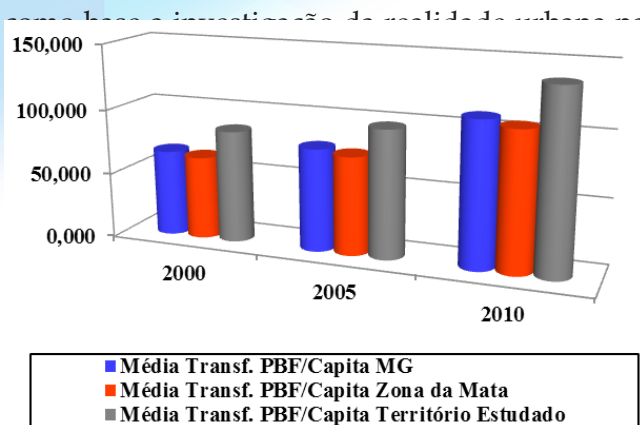


Figura 19 - Transferências do Programa Bolsa Família Minas Gerais, Zona da Mata e Municípios Território Estudado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

4. Realidade empreendedora na perspectiva dos empresários

Para atender ao objetivo de articulação de política pública local para desenvolvimento econômico e social dos municípios do Território Estudado, buscou-se, através de observações locais e entrevistas com 353 empresários, identificar fatores que induzam as potencialidades dos municípios analisados com a finalidade de subsidiar diretrizes para a construção de políticas de desenvolvimento econômico local e regional.

Os empresários entrevistados, vinculados aos diversos setores econômicos, em sua maioria encontram-se na faixa etária abaixo de 50 anos, com concentração de 55% na faixa entre 30 e 50. Somente 8% possuem idade acima de 60 anos. Em relação ao grau de instrução, observou-se que 73% dos empresários possuem escolaridade até o ensino médio e 27% o nível superior, sendo que 5% destes possuem pós-graduação, com destaque para as áreas de administração, contabilidade, farmácia, pedagogia e economia.

Esses dados demográficos chamam atenção para dois aspectos positivos, a idade e o grau de instrução. Tais fatores somados tendem a potencializar o interesse dos empresários, de modo geral maior nos estratos jovens, com a busca por novos conhecimentos e melhor assimilação das informações recebidas, em geral, maior entre os empresários mais bem instruídos.

4.1. Caracterização das empresas

Confirmando a diversidade de comércio varrejista nos municípios analisados, observou-se que 73% dos empreendimentos comerciais avaliados

são formados por drogarias e perfumarias, materiais de construção, fruticulturas, lojas de roupa e lojas de equipamento de informática. As atividades relacionadas à prestação de serviços e indústria representaram, respectivamente, 18% e 9%.

Não restam dúvidas que o incentivo por parte dos gestores para o crescimento do setor industrial nos municípios implicará na maior geração de empregos, tecnologia, infraestrutura, favorecendo o crescimento econômico. Conjuntamente estas empresas, que em sua maioria estão localizadas na área urbana (98%), são responsáveis pela geração de 2.923 postos de trabalho com grande representatividade na atividade industrial, conforme Tabela 22.

Tabela 22 - Composição da força de trabalho por atividade e municípios congregados ao Território Estudado:

| Atividade/Associação | AMAPI | AMMAN | Total |
|----------------------|------------|------------|-------------|
| Comércio | 23% | 9% | 32% |
| Indústria | 34% | 13% | 47% |
| Serviço | 3% | 18% | 21% |
| Total | 60% | 40% | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa.

O Art. 179 da Constituição Federal de 1988 define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. Neste aspecto, foram definidos estágios socioeconômicos, criando as figuras de microempresas e empresas de pequeno porte, em função direta do total da receita bruta anual apurada.

O Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) proporciona regime tributário diferenciado com a unificação dos impostos pagos pelas empresas, apresentando um importante benefício ao instituir a não obrigatoriedade do recolhimento da contribuição sobre a folha de pagamento para o INSS.

Confirmando as facilidades e simplicidade do trato das questões tributárias pelo regime do Simples Nacional, observa-se pela Tabela 23 que, 91% das empresas analisadas são optantes por este regime, sendo que 63% delas encontram-se na condição de microempresa com faturamento anual abaixo de R\$ 180.000,00. Somente 3% delas são impedidas do enquadramento neste sistema tendo que o faturamento anual se encontra acima de R\$ 3.600.000,00. Neste caso, estas empresas passam a optar pelo Lucro Presumido ou Lucro Real.

Tabela 23 – Enquadramento tributário em relação à atividade:

| Atividade | Lucro Presumido | Lucro Real | Simples Nacional | Total |
|--------------|-----------------|------------|------------------|-------------|
| Comércio | 2% | 3% | 68% | 73% |
| Indústria | 1% | 1% | 7% | 9% |
| Serviço | 1% | 1% | 15% | 18% |
| Total | 3% | 6% | 91% | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, estas empresas, com idade média de 15,8 anos, caracterizam-se pelo pequeno porte. Destaca-se a concentração de 62% das empresas em faixa abaixo da idade média, havendo destaque para uma única empresa que possui 127 anos de fundação. Este fato torna-se positivo, pois contraria a regra do curto prazo de sobrevivência das empresas de pequeno porte, que segundo o IBGE (2010), após três anos da entrada no mercado quase 50% das empresas tendem a não sobreviver.

Existe uma relação direta entre a idade média de existência e o tempo de experiência do empresário na atividade que em média totaliza 15,36 anos. Em boa parte das vezes, o tempo de experiência do empresário supera ou acompanha o tempo de existência das empresas, sendo que 77% dos empresários entrevistados possuem tempo de experiência superior a 6 anos. Sabe-se que a experiência é fator relevante para a sobrevivência da empresa, bem como para a maturidade do negócio, influenciando no crescimento e no posicionamento estratégico do negócio.

Algumas variáveis assinaladas como o nível de escolaridade do empreendedor, o tempo de existência do empreendimento, a idade e o tempo de experiência do empresário tendem a correlacionar-se positivamente e pode contribuir para a longevidade do empreendimento. Essas informações são encorajadoras do ponto de vista da introdução de políticas de incentivo ou de ações conjuntas para a promoção do desenvolvimento regional.

4.2. Caracterização dos aspectos organizacionais

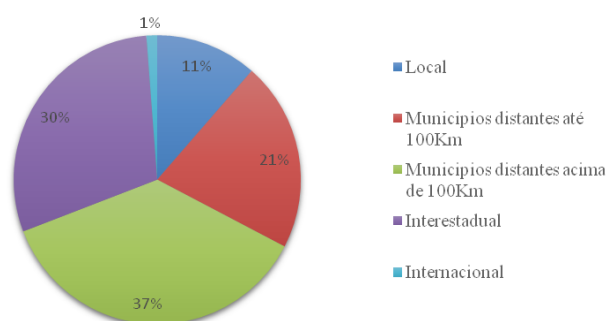
4.2.1. Ciclo operacional e ciclo financeiro das empresas

Um fator importante a ser considerado nas empresas é a localização da fonte fornecedora de matéria-prima e mercadorias, considerando o impacto que pode ser ocasionado no custo de produção ou na formação do preço de venda da mercadoria a ser comercializada.

As empresas analisadas adquirem 69% destes ativos dentro do Estado, sendo 11% de origem

local, 21% em municípios situados em até 100 Km da sede da empresa e 37% em municípios mais distantes. O comércio interestadual fornece 30% destes ativos e o restante é de origem internacional, conforme Figura 20.

A cidade de São Paulo, Belo Horizonte e Ipatinga foram citadas como as principais fornecedoras de matérias-primas para a região, não havendo diferença na logística quando se compara os municípios integrantes das associações. As principais cidades consumidoras são visualizadas na Tabela 24, destacando-se Ponte Nova, Urucânia e Rio Casca na região da AMAPI e Viçosa, Ervália, Coimbra, Porto Firme e Araponga na região da AMMAN. Portanto, existe um padrão característico de compra em regiões metropolitanas e maior venda no entorno regional.

**Figura 20 - Origem do produto/matéria-prima comercializado/utilizada pela empresa.**

Fonte: Dados da pesquisa.

A relação com os fornecedores na compra da matéria-prima e com os clientes na venda do produto final forma o ciclo operacional da indústria. Trata-se, portanto, de um período médio em que são investidos recursos nas operações, sem que ocorram as entradas de caixa correspondentes. Parte desse capital de giro é financiada pelos fornecedores para o processo produtivo.

Tabela 24 – Principais municípios consumidores de produtos/matérias-primas da região:

| AMAPI | % | AMMAN | % |
|----------------|------|--------------------|------|
| Ponte Nova | 22,1 | Viçosa | 22,6 |
| Urucânia | 11,9 | Ervália | 13,2 |
| Rio Casca | 11,1 | Coimbra | 11,3 |
| Raul Soares | 10,2 | Porto Firme | 11,3 |
| Abre campo | 8,1 | Araponga | 10,7 |
| Jequeri | 8,1 | São Miguel do Anta | 10,7 |
| Mariana | 8,1 | Canaã | 7,5 |
| Acaiaca | 6,8 | Paula Candido | 6,9 |
| Belo Horizonte | 6,8 | Belo Horizonte | 5,7 |
| Guaraciaba | 6,8 | - | - |

Fonte: Dados da pesquisa.

Desse modo, o ciclo financeiro da indústria refere-se à diferença do ciclo operacional e o prazo de pagamento dos fatores de produção. Suas implicações diretas estão associadas à capacidade de gerar e alocar os recursos e fatores produtivos, que subsidiam a atividade da empresa no curto prazo, enquanto influenciam a capacidade competitiva no longo prazo.

Constatou-se que o ciclo de estocagem para 64,21% das empresas acontece com menos de 30 dias. O prazo médio concedido aos clientes e fornecedores, em 54,20% e 62,39, respectivamente, das empresas se encontra abaixo de 30 dias. Neste caso, as empresas têm um pequeno período de tempo em que são financiadas pelos seus fornecedores. O aumento no ciclo operacional sem o suporte financeiro dos fornecedores pode gerar problemas de liquidez, uma vez que a empresa precisa buscar recursos desvinculados do ciclo operacional, arcando, na maioria das vezes, com maior custo (Tabela 25).

Destaca-se que os problemas de liquidez e de capital de giro são alguns dos principais problemas das micro e pequenas empresas, podendo ser corrigido com ações educativas e treinamento especializado. Nesse ponto, tanto a UFV, quanto o SEBRAE, podem atuar em políticas de intervenção positiva.

Tabela 25 - Relação percentual dos períodos médios de estoques, clientes e fornecedores das empresas:

| Modalidade | Estoque | Cliente | Fornecedores |
|-------------------|---------|---------|--------------|
| A vista | 16,84% | 22,03% | 25,95% |
| Menos de 30 dias | 47,37% | 32,17% | 36,44% |
| De 30 a 60 dias | 24,56% | 31,88% | 31,78% |
| De 61 a 90 dias | 6,32% | 8,99% | 4,08% |
| De 91 a 120 dias | 2,81% | 3,48% | 1,46% |
| Acima de 120 dias | 2,11% | 1,45% | 0,29% |

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.2. Estrutura de capital, nível de endividamento e liquidez

A estrutura de capital, considerada a combinação entre o capital de terceiros e o capital próprio, é importante referencial para se inferir sobre a situação patrimonial e nível de endividamento na empresa. Observa-se, em média, maior predominância de dívidas de longo prazo e de capital próprio, representado pelo Patrimônio Líquido. Em geral, a presença em maior escala de capital próprio ilustra baixo grau de endividamento. A representatividade da estrutura de Ativo Permanente nas empresas confirma esta hipótese.

A classificação do ativo e passivo em circulantes e não circulantes permite que se analise e avalie a capacidade de pagamento de uma empresa. Assim, a relação entre bens e direitos que se transformarão em recursos financeiros (Ativos Circulantes) com obrigações a pagar no curto prazo (Passivo Circulante) é decisiva na análise de liquidez. A situação de liquidez e capital de giro líquido, em média, é positiva para o conjunto das empresas (Figura 21).

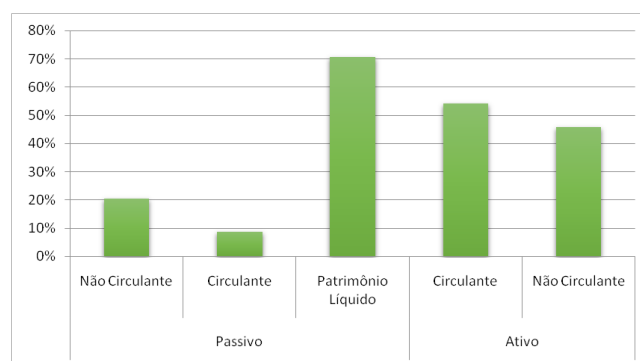


Figura 21 – Composição percentual média do Balanço Patrimonial das empresas

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.3. Desempenho das empresas nos últimos cinco anos e possibilidades de investimentos

Quando verificado o desempenho do faturamento, do custo de produção, do volume de venda e do lucro nos últimos cinco anos, 74% das empresas apontaram custo das mercadorias ou de produção crescente para desempenho de vendas e faturamento variando entre constante e crescente. Esse desempenho gerou, para 77% delas, lucros constantes ou crescentes. Observa-se, entretanto, que 22% apontaram lucros decrescentes (Tabela 26).

Tabela 26 - Desempenho percentual das vendas, custo de produção, volume de vendas e lucro das empresas nos últimos cinco anos:

| Desempenho | Constante | Crescente | Decrescente |
|-------------------------------|-----------|-----------|-------------|
| Faturamento | 37 | 47 | 16 |
| Volume de Vendas | 23 | 74 | 3 |
| Custo de Mercadorias/Produção | 40 | 47 | 14 |
| Lucro | 41 | 36 | 22 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar das limitações de renda e poder aquisitivo dos municípios, foi possível captar certo otimismo no mercado. Isso porque, em geral, 95% dos empresários pretendem manter ou ampliar o negócio, sendo que dos 48% que preten-

dem ampliar, 36% deles apontam um horizonte de curto prazo. Apenas 4% têm planos de reduzir o empreendimento para os próximos anos (Figura 22). Fato positivo visto que a fuga de investimento é precedida por estratégias de redução do comércio e indústria local. Ademais é difícil atrair investimentos para regiões que estão em recessão.

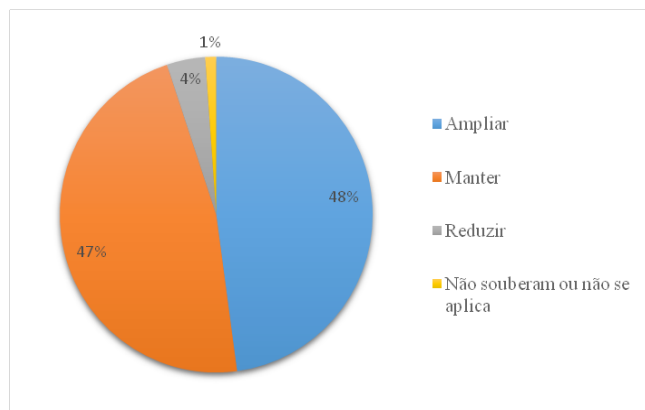


Figura 22 - Planos de investimento do estabelecimento.

Fonte: Dados da pesquisa.

As principais argumentações para a ampliação dos investimentos se pautam na necessidade de crescimento da empresa para acompanhar a expansão da demanda existente para os produtos ou serviços. Os argumentos para a não ampliação se pautam na demanda estável para o produto, inexistência de espaço físico e razões pessoais, dentre elas, a idade avançada. Embora, conforme já apontado, a idade avançada atinge parte pouco expressiva do total de empresários. A redução dos investimentos tem como justificativa as condições financeiras e fiscais inadequadas, redução da demanda e possibilidade de fechamento da empresa.

Ressalta-se que 49% dos empresários apontam a inexistência de área para expansão no município, tanto para compra ou aluguel, para a expansão do empreendimento. Este foi um dos pontos mais frequentemente relatado pelos empresários dos municípios que congregam a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Piranga (AMAPI).

4.2.4. Disponibilidade, qualificação e remuneração da mão de obra

A relação do pessoal empregado nos setores de varejo, serviços ou indústria é importante para o desempenho do setor quando se considera a disponibilidade, qualificação, remuneração e experiência da mão de obra existente na região. Para 49% dos empresários a disponibilidade de mão de obra na região é considerada inadequada ou muito inadequada. Este fato agrava-se mais quando considerado os setores relacionados à indústria e

serviço quando este percentual aumenta para 56% (Tabela 27).

Tabela 27 - Disponibilidade de mão de obra:

| Sector | Adequada | Inadequada | Indiferente | Muito Adequada | Muito Inadequada |
|-----------|----------|------------|-------------|----------------|------------------|
| Comércio | 42% | 38% | 9% | 2% | 9% |
| Indústria | 28% | 28% | 3% | 13% | 28% |
| Serviço | 36% | 43% | 5% | 3% | 13% |
| Total | 40% | 38% | 8% | 3% | 11% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando se refere a qualificação desta mão de obra, 55% dos empresários apontam para a existência de uma mão de obra inadequada ou muito inadequada ressaltando a falta de qualificação no contingente de pessoas aptas a ocuparem uma vaga na empresa. Este fato é apontado conjuntamente pelos setores comercial, industrial e de serviços, em que 54%, 72% e 52% da mão de obra existente é considerada de baixa qualidade (Tabela 28).

A disponibilidade de mão de obra qualificada é condição essencial, não apenas para o crescimento dos setores da economia, mas também para a competitividade frente aos produtos de outras regiões, assim como a melhoria de renda, uma vez que melhores salários estão associados à qualificação e treinamento. Logo, os dados evidenciam a necessidade de ações voltadas a melhoria desses aspectos como quesito central nas estratégias de desenvolvimento regional. Ações podem ser potencializadas junto as Universidades, SEBRAE, SENAI e junto a órgãos de treinamento e fomento setorial.

Tabela 28 - Qualificação da mão de obra:

| Sector | Adequada | Inadequada | Indiferente | Muito adequada | Muito inadequada |
|-----------|----------|------------|-------------|----------------|------------------|
| Comércio | 32% | 39% | 11% | 2% | 15% |
| Indústria | 22% | 47% | 6% | 0% | 25% |
| Serviço | 34% | 41% | 10% | 3% | 11% |
| Total | 32% | 40% | 11% | 2% | 15% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação a remuneração da mão de obra, 61% dos empresários consideraram os salários pagos adequados à região. Apenas 17% consideraram os salários incompatíveis ou muito incompatíveis. Geralmente, o nível salarial é padronizado nos setores e na região considerado a convenção

coletiva de trabalho que abrange as negociações considerando as diversas categorias que trabalham nos setores indicados.

4.2.5. Capacidade para investimentos e inovação

Em relação aos investimentos efetuados e a capacidade de inovação, 55% dos entrevistados apontam positivamente para estes fatores com destaque para investimentos efetuados para modernização de equipamentos e introdução de novas práticas, ampliação do espaço físico, investimentos em novos produtos e aumento de estoque (Tabela 29). Ressalta-se que aproximadamente 45% dos empresários não souberam ou se recusaram a destacar estes fatores. Para os 42% que não fizeram nenhum tipo de investimento ou inovação, a justificativa se deve ao fato da inexistência de inovação no ramo ou da falta capital para os investimentos.

Tabela 29 - Tipos de investimentos ou inovações implementadas:

| Tipo de inovação | % |
|--|-------|
| Não respondeu ou não sabe | 44,60 |
| Novos produtos e/ou aumento de estoque | 11,91 |
| Modernização de equipamentos e introdução de novas práticas | 10,53 |
| Ampliação do espaço físico | 9,97 |
| Automação e inserção digital | 6,65 |
| Melhorias e novas práticas de atendimento | 4,99 |
| Melhorias na qualidade do produto e/ou na prestação de serviço | 3,32 |
| Capacitação dos profissionais | 3,05 |
| Outros | 2,22 |
| Abertura de filiais | 0,83 |
| Não há necessidade de inovação | 0,83 |
| Melhorias no transporte | 0,55 |
| Contratação de novos funcionários | 0,55 |

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3. Fatores condicionantes do crescimento

Ao se avaliar os fatores internos e externos condicionantes de crescimento relacionados ao nível de comercialização, problemas que afetam diretamente e indiretamente a empresa, condições de acesso ao crédito, formas de empréstimos, infraestrutura diversa como as condições de transporte, energia, educação, infraestrutura física, dentre outras, observou-se que dentre os principais problemas relativos à comercialização, a inadimplência foi apontada por 24,7% dos empresários, considerando muitas vezes o estabelecimento de padrões de créditos menos rígidos estabelecidos principalmente no setor varejista.

Outro fator apontado foi a falta de fidelidade do consumidor, necessitando de tempo e ações a serem despendidas para conquistar sua fidelidade. A concorrência desleal e o poder de compra dos concorrentes foram apontados como pontos negativos considerando a prática desleal de adoção de preços pelos concorrentes abaixo do custo para absorção do mercado consumidor (Tabela 30).

Tabela 30 - Principais fatores relacionados ao processo de comercialização:

| Fatores | % |
|-----------------------------------|------|
| Dificuldade de receber | 24,7 |
| Mercado Consumidor | 19,8 |
| Concorrência desleal | 18,5 |
| Poder de Compra dos concorrentes | 13,0 |
| Dificuldade de manter estoques | 7,7 |
| Infraestrutura inadequada | 5,6 |
| Outro | 5,1 |
| Não existem | 5,0 |
| Não responderam ou não se aplicam | 0,6 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Os empresários do setor industrial destacaram a concorrência de indústrias maiores, logística, transporte, incentivos fiscais em outros Municípios ou Estados e dificuldades de conseguir canais de comercialização. Ressalta-se que os fatores mais frequentemente relatados pelos empresários dos municípios que congregam a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Piranga (AMAPI) foram a logística e transporte.

Na visão dos empresários, os principais problemas que afetam diretamente a empresa estão listados na Tabela 31. Os problemas mais citados e destacados foram a carência de recursos financeiros, o custo elevado de mão de obra e encargos sociais, as questões trabalhistas e tributárias e a dificuldade de atrair e manter mão de obra qualificada. É importante salientar que esses problemas foram relatados principalmente pelas cidades de Viçosa, Raul Soares, Alvinópolis e Ponte Nova.

A cidade de Viçosa, líder no *ranking* de reclamações, está entre as três primeiras colocadas quando se analisa as variáveis supracitadas. As demais cidades alternam posições e algumas delas, como Ponte Nova que assume a primeira colocação no que se refere ao custo da mão de obra, não aparece mais entre as três primeiras colocadas quando analisa-se problemas relacionados com questões trabalhistas e tributárias, dificuldade de atrair e manter mão de obra qualificada e carência de recursos financeiros.

Tabela 31 – Principais problemas que afetam diretamente a empresa:

| Problemas | AMAPI (%) | AMMAN (%) |
|---|-----------|-----------|
| Carência de recursos financeiros | 17,5 | 14,7 |
| Custo elevado de MDO e encargos sociais | 19,9 | 21,0 |
| Questões trabalhistas e tributárias | 18,6 | 21,4 |
| Dificuldades em atrair e manter MDO qualificada | 15,1 | 16,8 |
| Carência de conhecimentos gerenciais | 7,6 | 4,2 |
| Equipamentos obsoletos | 1,3 | 4,2 |
| Comercialização | 10,5 | 12,6 |
| Questões ambientais | 3,5 | 2,1 |
| Outros | 6,1 | 1,7 |
| Não souberam | 0,0 | 1,3 |

Fonte: Dados da pesquisa.

A facilidade de acesso às condições de crédito interfere no desempenho da empresa, principalmente quando se trata da obtenção de recursos imediatos para a formação de capital de giro. Entretanto, este fator parece não ser problema para 55% dos empresários que apontaram facilidade de acesso a crédito.

Por outro lado, 17% dos empresários entrevistados afirmaram ter essa dificuldade, enquanto 28% do total apresentam atitude mais conservadora e se mostram indiferentes às condições de acesso ao crédito, pois evitam contrair dívidas com receio de não ter condições de honrá-las (Figura 23). Este último fato é corroborado pelo resultado encontrado para a variável frequência com que o empreendedor pega empréstimo. 50% das empresas responderam que não recorrem a nenhum tipo de financiamento contra 10% que disseram que sempre fazem uso de financiamentos. As 3 formas de financiamento mais citadas foram as originadas de bancos privados, bancos oficiais e a utilização de cheque pré-datado para o fornecedor (Tabela 32).

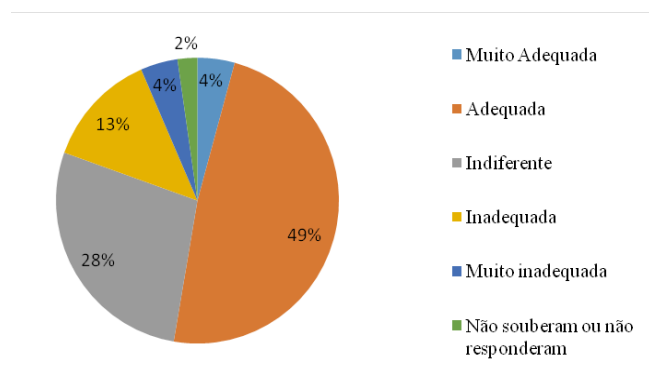


Figura 23 – Condições de acesso ao crédito bancário.

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 32 – Formas de empréstimos/financiamentos mais utilizados pelos empresários:

| Formas de empréstimos | % |
|--------------------------------|------|
| Nenhum | 30,0 |
| Bancos Privados | 19,6 |
| Bancos Oficiais | 13,4 |
| Pré-datado para o fornecedor | 7,4 |
| Parentes e amigos | 6,0 |
| Cartão de crédito próprio | 5,4 |
| Cheque especial | 4,8 |
| Descontos de cheque pré-datado | 4,7 |
| Não sabe ou não respondeu | 2,8 |
| Leasing | 1,5 |
| Descontos em duplicatas | 1,1 |
| Agiotas | 1,1 |
| Outros | 1,1 |
| Cartão de crédito empresarial | 0,9 |
| Factoring | 0,2 |

Fonte: Dados da pesquisa.

A infraestrutura de logística e o custo do transporte são assinalados por 43% dos entrevistados como adequada ou muito adequada. Os entrevistados dos municípios de Raul Soares, Guaraciaba, Ponte Nova e Rio Casca, todos da regional AMAPI, podem ser citados como exemplos. De forma contrária, os empreendedores de São Pedro dos Ferros, Teixeira, Urucânia e Raul Soares mostraram-se bastante descontentes com a infraestrutura de logística dos seus municípios, classificando-a como inadequada ou muito inadequada.

Um percentual grande de entrevistados (24%) respondeu ser indiferente a este tipo de infraestrutura, (Figura 24). Os municípios da AMAPI foram também aqueles que mais reportaram a opção “indiferente” (40% dos entrevistados).

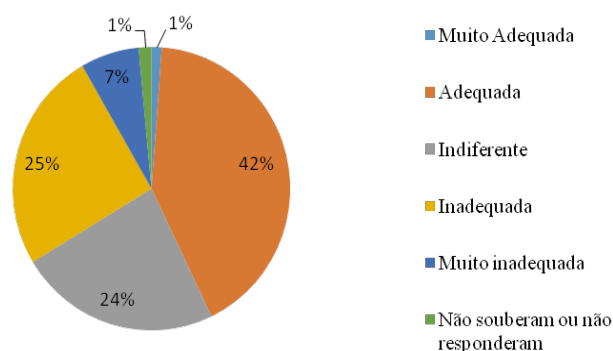


Figura 24 - Infraestrutura de logística e custo de transporte.

Fonte: Dados da pesquisa.

A segurança pública foi um dos problemas de infraestrutura muito citado pelos entrevistados, onde mais de 50% dos empresários apontaram a falta de segurança tanto na proteção indivi-

dual como patrimonial, citando casos de registro de ocorrência de assaltos no empreendimento, sendo boa parte deles a mão armada (Figura 25).

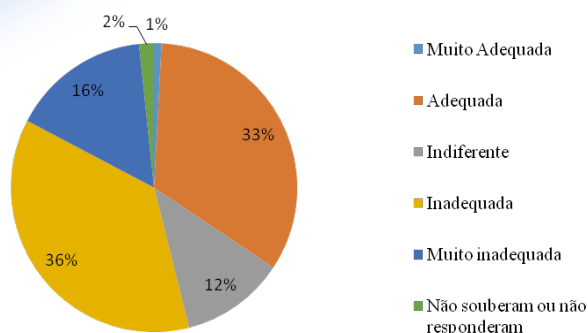


Figura 25 - Aspectos relativos à segurança pública.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se que segurança pública foi apontada como um problema latente por 66% dos empresários residentes nos municípios da AMMAN. As cidades de Viçosa, Guaraciaba, Ervália, Urucânia e Raul Soares foram as mais destacaram este fato. Em razão desses números uma comissão regional poderia ser formada para traçar o perfil da segurança e lançar ações conjuntas para a redução da criminalidade. Sabe-se que as condições de segurança são quase tão importantes quanto renda, qualidade da mão de obra e logística na hora de atrair investimentos.

As principais dificuldades futuras detectadas pelos empresários para os próximos anos seriam aquelas relacionadas com a carga tributária, o nível de renda da população, a instabilidade econômica, o nível de qualificação da mão de obra e a falta de apoio do poder público (Tabela 33).

Tabela 33 - Principais dificuldades futuras detectadas pelo empreendedor:

| Dificuldades | % |
|------------------------------------|------|
| Carga tributária | 17,7 |
| Nível de renda da população | 15,8 |
| Economia do País | 14,2 |
| Qualificação da mão de obra | 12,9 |
| Falta de Apoio do poder público | 11,2 |
| Evasão populacional | 9,0 |
| Sucessão Familiar | 7,3 |
| Crise financeira do empreendimento | 5,2 |
| Infraestrutura | 2,1 |
| Matéria prima | 1,6 |
| Legislação Ambiental | 1,6 |
| Outro | 1,3 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Os empreendedores de Viçosa, Raul Soares e Ponte Nova foram os que mais relataram algum tipo de dificuldade futura. Viçosa é novamente a

cidade que está entre as três primeiras colocadas quando avalia-se dificuldades relacionadas à carga tributária, nível de renda da população, instabilidade econômica, nível de qualificação da mão de obra e falta de apoio do poder público.

Em boa parte dessas dificuldades, ações conjuntas no nível das associações podem ser realizadas como forma de superar as limitações impostas e construir um ambiente favorável aos investimentos.

A utilização de outros municípios para suprir o fornecimento de serviços públicos ou privados inexistentes ou de baixa qualidade no município é efetuada por 49% dos empresários que precisam se deslocar para municípios vizinhos ou da região. Esse é o mesmo percentual que afirma utilizar o próprio município para a satisfação destas necessidades (Figura 26).

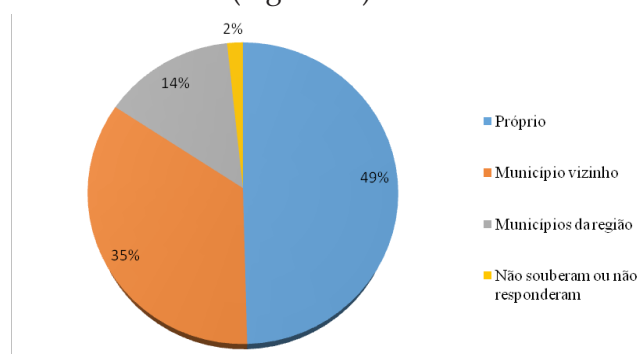


Figura 26 - Nível de utilização de serviços públicos e privados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Sabe-se que a dificuldade de acesso a serviços públicos e o excesso de burocracia impõem custos adicionais e tornam lento o processo de decisão no nível empresarial. Entretanto, superar tais limitações impõe mudança de conduta dos gestores municipais que devem se unir para reivindicar serviços e produtos necessários com instalações em regiões com maior eficiência locacional, o que de fato nem sempre ocorre.

Hoje existe uma grande dependência devido a concentração de serviços essenciais em municípios maiores ou naqueles com rede de serviços mais bem estruturada. Entretanto, essa mesma concentração que eleva o status do município e garante facilidades adicionais aos seus empresários e cidadãos, acaba por sobrecarregar as unidades hospitalares, fóruns, cartórios, bancos, dentre outros órgãos, impondo morosidade e limitando a eficiência de todo o sistema. Os municípios de Ponte Nova e Viçosa foram os mais mencionados no quesito de concentração de serviços públicos ou privados na região do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET).

Questionados sobre a necessidade de alguma agência, órgão ou instituição pública ou privada que considerasse importante implantar visando favorecer ou estimular o desenvolvimento do município, 61% dos empresários apontaram positivamente esta necessidade sendo que as principais são as agências bancárias, principalmente em municípios que só possuem agência ou postos do Banco do Brasil. Os municípios de Ervália, São Miguel do Anta e Sericita foram os maiores demandantes. Além disso, foram citados a necessidade de mais indústrias, órgãos do SEBRAE, SENAC, SENAI e agência do INSS (Tabela 34).

Tabela 34 – Relação de prioridades de instituições públicas ou privadas apontadas como necessárias para implantação nos municípios:

| Instituição | % |
|--|------|
| Bancos | 41,5 |
| Empresas/Indústria | 11,5 |
| Sebrae/Senac/Senai/ | 6,6 |
| INSS | 6,3 |
| Órgãos de saúde | 4,6 |
| Receita federal e estadual | 3,7 |
| Instituições de educação | 3,2 |
| Fórum/delegacia/COMARCA | 3,2 |
| Ministério do trabalho/meio ambiente | 2,9 |
| Cartório | 2,6 |
| Associação Comercial/sindicatos/casa dos empresários | 2,3 |
| Outros | 2,3 |
| Órgãos ambientais | 2,0 |
| Unidade de atendimento integrado | 2,0 |
| Cooperativas | 1,1 |
| CEMIG | 1,1 |
| Procon | 0,9 |
| IMA/órgãos agropecuários | 0,6 |
| ANTT/DER | 0,6 |
| IML | 0,6 |
| Corpo de Bombeiro | 0,3 |
| Auto escola | 0,3 |

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4. Nível de dependência e envolvimento do empresário na gestão municipal

Estimulado a indicar quais os principais benefícios sua empresa ou seu envolvimento na gestão pública traria para o município, 19% apontaram possíveis contribuições para a melhoria do desenvolvimento econômico municipal, 17% avaliaram ter participação importante na melhor aplicação dos recursos e investimentos públicos, e 16% disseram que poderiam contribuir melhoran-

do o atendimento as necessidades da sociedade (Tabela 35).

Tabela 35 – Benefícios que a participação dos empresários pode trazer para a gestão pública:

| Benefícios | % |
|---|------|
| Melhora no desenvolvimento econômico municipal | 19,5 |
| Melhor aplicação dos recursos | 16,9 |
| Maior atendimento as necessidades da sociedade | 16,0 |
| Maior participação da sociedade nas decisões | 15,1 |
| Maior transparência nas contas | 14,7 |
| Melhor gerenciamento do setor público | 9,7 |
| Melhor gestão de programas e políticas públicas | 7,0 |
| Outro | 1,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Sabe-se que qualquer procedimento de desenvolvimento estratégico regional não tem efeito apenas com a vontade ou ação pública, mas principalmente pelo engajamento da iniciativa privada nos mais diferentes setores e estratos da economia. Por isso, a importância de se captar o interesse e possibilidade de engajamento nos fóruns de discussão e ação municipal.

A possibilidade de contribuição para a gestão municipal torna-se mínima ao considerar que 75% dos empresários raramente ou muito raramente possuem algum tipo de participação em eventos ou assuntos relacionados à gestão pública. Apenas 11% apontaram uma participação mais frequente (Figura 27).

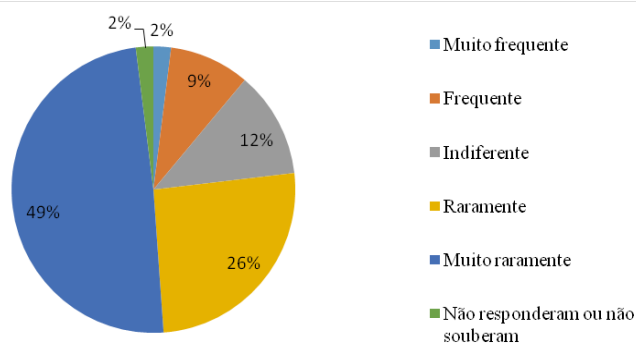


Figura 27 - Participação na gestão pública.

Fonte: Dados da pesquisa.

Esse fator remete ao cenário das decisões na democracia representativa. Todos querem e sabem quais são as mudanças necessárias, mas o envolvimento com a coisa pública ainda é limitado. Isso é percebido quando se avalia a relação do empresário como o poder público local, onde 69% deles declararam que nunca se associou a nenhum mecanismo de participação social junto às prefeituras. O restante dos empresários decla-

rou participar em audiências públicas, emendas populares, conselhos municipais, carta aos parlamentares, dentre outros. A explicação dada por 30% dos empresários é a de excesso de burocracia na relação com setor público e outros 22% por atendimento inadequado, despreparo e desqualificação dos funcionários públicos (Figura 9).

Nessa vertente, o treinamento e a qualificação dos funcionários públicos pode ser uma das maiores ações coletivas, baseando-se principalmente no know how do IPPDS e da UFV, enquanto parceiros para o desenvolvimento regional. Nessa direção, 84% dos empresários manifestaram interesse em participaria de palestras e treinamentos sobre as formas de atuação na gestão pública e ações para melhoria e potencialização econômica do seu município, se esses cursos fossem oferecidos in loco (Figura 29).

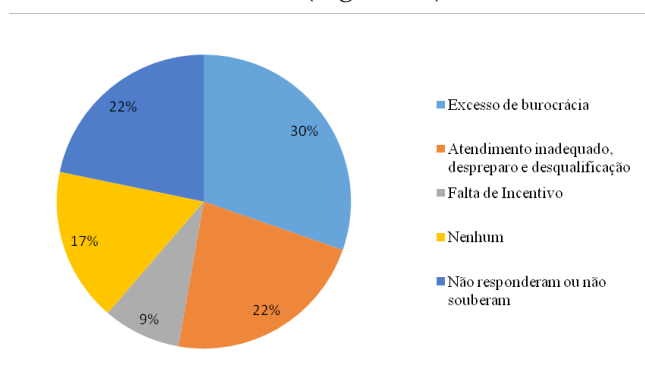


Figura 28 - Principais dificuldades enfrentadas pelos empresários quando lidam com as prefeituras.

Fonte: Dados da pesquisa.

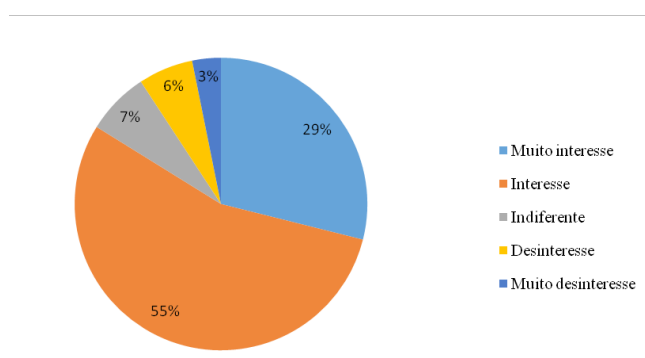


Figura 29 - Interesse dos empresários por palestras e treinamentos.

Fonte: Dados da pesquisa.

A percepção do empreendedor quanto às reivindicações que possam melhorar o desenvolvimento do seu município, estão relacionadas para 34% deles com a atração de novas instalações industriais para gerar renda e emprego; 29% acreditam que o município só vai se desenvolver se houver melhorias em infraestrutura de transporte e energia; e 20% apontaram que mais investimentos em educação e capacitação profissional é

primordial para o desenvolvimento local (Figura 30). Ressalta-se que 62% desses apontamentos são direcionadas aos prefeitos.

Todos esses apontamentos remetem a dimensões estratégicas que podem ser potencializadas pela ação conjunta principalmente no acesso a políticas públicas de outras esferas da federação, em especial, aquelas derivadas dos ministérios do governo federal. Para tanto, tem-se que mudar a cultura da reivindicação municipal para a reivindicação regional, o que remete a ações coletivas sem desprezar as ações individuais e esse é o grande foco de ações como as orientadas por esse Plano Estratégico de Desenvolvimento.

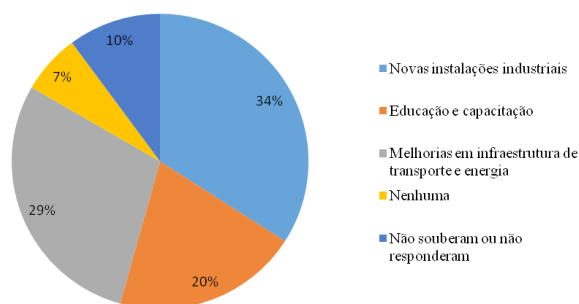


Figura 30 - Reivindicações dos empreendedores para o desenvolvimento de seu município.

Fonte: Dados da pesquisa.

5. Realidade Municipal e Desenvolvimento Regional na Perspectiva dos Gestores Municipais.

Com intuito de subsidiar a melhor compreensão das informações obtidas através da investigação em bases de dados oficiais e das entrevistas com os empreendedores regionais, foram realizadas entrevistas com os gestores municipais. O foco central das entrevistas foi identificar parcerias e potencializar ações conjuntas, bem como compreender o papel e o funcionamento tanto da AMAPI quanto da AMMAN, além de possibilitar visualizar os municípios na perspectiva do executivo municipal.

A coleta de informações com os gestores públicos aconteceu por meio de visitas realizadas na sede das prefeituras dos municípios participantes do PEDET entre os meses de julho e agosto de 2014. Foram agendadas entrevistas previamente com cada um dos gestores municipais, e em casos excepcionais com as pessoas por eles indicados. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos gestores públicos que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A entrevista foi guiada por um roteiro estruturado de 6 páginas, envolvendo perguntas padronizadas, versando sobre dimensões estratégicas que permeiam a capacidade de intervenção da Administração Pública, a exemplo de: contexto político; realidade econômica, capacidade financeira e orçamentária, redes de desenvolvimento, limitações observadas e ações conjuntas regionais. As entrevistas tiveram duração média de 40 minutos.

A seguir é apresentado, de forma descritiva, os resultados obtidos, estruturado em quatro partes: 1) Membros e Atividades da AMAPI/AMMAN; 2) Padrão de Relacionamento entre Membros; 3) Desempenho da AMAPI/AMMAN; e 4) Características e Potencialidades dos Municípios.

5.1. Membros e Atividades da AMAPI/AMMAN

22 gestores públicos ou agentes públicos por eles indicados, participaram da entrevista. Destes, 16 são filiados à AMAPI (Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Barra Longa, Guaraciaba, Mariana, Oratórios, Ponte Nova, Rio Casca, Rio Doce, Santo Antônio do Gramma, São Pedro dos Ferros, Sempeixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia), 5 à AMMAN (Araponga, Canaã, Paula Cândido, Porto Firme e Viçosa), e um (São Miguel do Anta), a nenhuma destas associações, fazendo parte do consórcio denominado CIMVALP, que engloba os municípios participantes do PEDET.

O tempo de filiação dos municípios à AMAPI e/ou a AMMAN, variou de 7 meses a 29 e 30 anos, correspondente à data de fundação de cada uma das associações. A AMAPI foi criada em 1984 e AMMAN em 1985. Araponga, São Pedro dos Ferros e Ponte Nova, por exemplo, são filiados desde a fundação da AMMAN e a AMAPI, respectivamente.

Em ordem de importância, como vantagens de tal filiação, foram citadas: respaldo político e técnico que as associações oferecem à gestão municipal (7)¹; oportunidade do desenvolvimento de parcerias (6); realização de cursos de capacitação (3); acesso à informação (2); disponibilidade de recursos humanos e físicos para atendimento às demandas do município (2); desenvolvimento de projetos (1); e, representação política (1). Os depoimentos a seguir apontam as questões apresentadas pelos entrevistados:

Associar, unir forças, discutir diferenças, somando energias e melhorando as condições de desenvolvimento de uma região (Entrevistado 8).

Eu acredito que seja o conjunto. Dos municípios que tem, quando luta em conjunto por alguma coisa a força que tem é maior, o ponto positivo é esse (Entrevistado 10).

Em relação à segunda vantagem, em ordem de importância, foram citadas: disponibilidade de recursos humanos e físicos para atendimento às demandas do município (6); acesso à informação (3); oportunidade do desenvolvimento de parcerias (2); respaldo político e técnico que as associações oferecem à gestão municipal (2); e, desenvolvimento de projetos (1).

A maioria das vantagens indicadas está em consonância com os objetivos das associações, ou seja, a solução de problemas comuns nas áreas administrativa, econômica, social e físico-territorial dos municípios associados, buscando sua integração administrativa, econômica e social. Isso demonstra que os gestores públicos entrevistados compreendem os aspectos sinérgicos da ação coletiva. Entretanto, importa saber se essa associação vem sendo traduzida em ações práticas ou benefícios tangíveis aos municípios.

Também em ordem de importância, os gestores citaram como maiores desvantagens de o município estar filiado a uma das associações: falta de infraestrutura e de equipamentos (2); favorecimento de municípios maiores (2); falta de apoio do Governo Estadual (1); custos da mensalidade (1); falta de um banco de dados para licitação (1); falta de mobilização dos associados devido a questões políticas (1); e, 10 gestores indicaram que não há desvantagens. Quanto à segunda desvantagem, foram citadas: falta de recursos financeiros (1); custos da mensalidade (1); falta de projetos em parceria (1); não ter avançado na capacitação e treinamento dos servidores públicos dos municípios associados (1); e, processo de reestruturação da AMAPI (1). Dezesesseis gestores não responderam à questão.

É interessante observar que 47,6% não vêem desvantagens em estar associado, o que pode ser reflexo de seu entendimento do papel da associação, de sua articulação política com os envolvidos, ou pelo fato de os aspectos positivos de tal associação serem mais relevantes do que os negativos. Algumas desvantagens apontadas não se referem diretamente à associação, mas podem ser consequências de sua gestão, como o apoio do Governo Estadual, e questões políticas que se traduzem na falta de mobilização dos associados e de projetos em comum. Já o favorecimento de municípios maiores pode não ser uma consequência direta da gestão das associações em pauta, mas, sim, das articulações políticas de

seus gestores, além de se considerar sua importância regional. Esses são tópicos que podem ser mais bem explorados em outros projetos investigativos que dêem continuidade a este primeiro subproduto.

Para os gestores municipais, redes como a AMAPI e AMMAN podem influenciar no alcance dos resultados do município principalmente por favorecerem as parcerias e, conseqüentemente, o apoio na busca de alternativas para resolução de problemas regionais (8); fortalecerem politicamente o município e a região (4); facilitarem o desenvolvimento de projetos, disponibilizando recursos humanos e físicos para atendimento às demandas do município (4) e, conseqüentemente, a economia de recursos financeiros (2); oferecerem capacitação de pessoal (2); auxiliar a esclarecer dúvidas (1); e, facilitarem os processos de compras, pregões e licitações (1). Dois gestores não responderam à questão. A seguir são apresentados alguns depoimentos que ilustram as afirmações:

As associações de municípios devem influenciar no fortalecimento da região através da representatividade dos municípios, e da busca conjunta de alternativas para resolução de problemas de ordem regional (Entrevistado 17).

De uma maneira positiva, pois o trabalho em conjunto com outros municípios pode ajudar a resolver problemas que afetam nossa região (Entrevistado 22).

As respostas dos gestores estão em consonância com a missão dessas associações, que é a de fomentar o associativismo entre os municípios, coordenando e apoiando suas ações a fim de promover o crescimento socioeconômico e cultural regional e, conseqüentemente, estadual.

Em relação à frequência de participação dos gestores nas reuniões, dos 22 respondentes, 6 indicaram que participam eventualmente; 6, mensalmente; 4, quinzenalmente; 3, quando convocado; e, 1, semestralmente. Dois não responderam à questão, ressaltando que um dos prefeitos não é filiado a nenhuma das associações. Sendo as reuniões, em geral, mensais, considera-se que a participação é muito satisfatória, já que 61,9% participam regularmente.

5.2. Padrão de Relacionamento entre Membros

Embora 18 gestores (um não sabia informar) tenham indicado a existência de redes estabelecidas entre os municípios, não há destaque para alguma que se repita entre os municípios

em foco. Em ordem de importância, os municípios mais citados foram Urucânia, Ponte Nova e Teixeiras.

As redes, em geral, acontecem principalmente entre os municípios mais próximos, não estando relacionadas à filiação à associação. Os entrevistados dos municípios de Abre Campo, São Miguel do Anta e São Pedro dos Ferros não indicaram a existência de redes, o que pode vir a comprometer não apenas o desenvolvimento local, mas, também, o regional. É interessante notar que o município de São Miguel do Anta não está filiado à associação e, também, não busca o desenvolvimento de parcerias com outros municípios. Além disso, embora os gestores públicos tenham demonstrado compreender os aspectos sinérgicos da ação coletiva, principalmente por ressaltarem as vantagens de ter seu município filiado à AMAPI ou AMMAN, na prática as redes não são, de fato, efetivadas, se traduzindo em parcerias localizadas e que atendam à solução de problemas, em sua maioria, emergenciais. Esse aspecto se reflete na deficiência do planejamento estratégico que pode refletir no desenvolvimento local e regional.

As redes são estabelecidas principalmente para o desenvolvimento de projetos e obras de infraestrutura relacionadas à manutenção de estradas vicinais (6) e construção de pontes (2); transporte, havendo o empréstimo de máquinas e caminhões (8); apoio à saúde (3) e saneamento, por meio da elaboração de planos de tratamento de resíduos sólidos (2); troca de ideias (1); e, 3 gestores não responderam. Foi ressaltada, também, parcerias com a Universidade Federal de Viçosa, mais especificamente, com os Departamentos de Solos e de Engenharia Florestal, que são responsáveis pela análise do esgoto do município de Araponga; e, na área de educação e agricultura, pelo município de Barra Longa. Seria importante que os gestores municipais compartilhassem suas experiências e que se inteirassem dos projetos em desenvolvimento a fim de se analisar se a experiência possa ser expandida para outros municípios.

Merece destaque o fato de os municípios filiados à AMAPI terem sido selecionados por suas características físicas, econômicas e sociais para receberem a elaboração de um Plano Municipal de Energia Alternativa (MAEP). Porém, nenhum dos gestores públicos citou a existência deste Plano.

A intensidade dos relacionamentos com os municípios ditos parceiros foi considerada muito forte por 2 entrevistados; forte, por 15; indife-

rente, para 2; e, 3 não responderam. Em relação aos demais municípios membros da AMAPI/AMMAN e que não foram indicados como parceiros, o relacionamento foi considerado forte por 5 entrevistados; indiferente, por 9; fraco, por 6; e, 2 entrevistados não responderam.

As relações foram consideradas fortes devido aos laços de amizade entre os gestores (8) e o desenvolvimento de contratos e projetos em conjunto (7). Para os entrevistados, as relações são enfraquecidas devido à falta de contato e união entre os associados (7); falta de objetivos e estratégias conjuntas (4); distância territorial (2); e, ausência dos gestores nas reuniões da associação (1). Embora a maioria dos gestores tenha indicado participar com frequência das reuniões das associações, o enfraquecimento das relações é justificado, principalmente, pela falta de contato e união entre os associados e pela falta de parcerias na elaboração e execução de projetos. Nesse sentido, apenas a presença e participação dos gestores nas reuniões das associações não favorece o fortalecimento das relações. Seria interessante analisar, com mais profundidade, as questões políticas e pessoais que podem interferir no estabelecimento destas relações.

Para 15 entrevistados, há prefeitos que desempenham papel de destaque na associação. Na AMAPI, em ordem de importância, destacam-se os prefeitos de Mariana (4) e Urucânia (4) e, na AMMAN, a prefeita de Cajuri (2). Considerando-se o número de citações, destacam-se os prefeitos de Ponte Nova (8), Urucânia (7) e Mariana (6). As relações dos gestores com esse(s) prefeito(s) foi considerada muito forte (7), forte (8) e 7 não responderam. Ressalta-se que o desenvolvimento resulta da “capacidade coletiva” dos atores local-regionais. Nesse sentido, sendo o planejamento um processo ininterrupto e dinâmico, que abrange um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e dirigidas, para que o desenvolvimento regional se efetive e seja duradouro, é fundamental que seja motivado por lideranças capazes e empenhadas e que envolvam os demais parceiros. Faz-se necessária a ativação das potencialidades de cada município parceiro.

Além das redes estabelecidas, 20 gestores indicaram que possuem relacionamento com outros colaboradores, como deputados estaduais ou federais ou mesmo outros políticos, sendo os principais, em ordem de importância, Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo de Minas Gerais, e, Rodrigo de Castro, Deputado Federal. A participação desses colaboradores foi indicada

como sendo muito favorável (13) e favorável (5), sendo a frequência do contato com esses colaboradores semanal (13), quinzenal (6), mensal (1) e eventual (1). É importante ressaltar que 4 dos 5 gestores que indicaram não possuir relacionamento com outros prefeitos, indicaram que mantêm relacionamento com outros colaboradores, sendo a frequência do contato semanal ou quinzenal. Nenhum gestor público indicou possuir relacionamentos com senadores.

As articulações dos gestores com esses colaboradores e com os membros da AMAPI/AMMAN acontecem por meio de reuniões e contatos telefônicos, tendo por objetivo o atendimento de demandas pontuais dos municípios, como a captação de recursos em nível estadual e federal por meio de emendas parlamentares para o desenvolvimento de projetos. Os depoimentos a seguir apontam como as articulações são desenvolvidas:

Geralmente é feita diretamente com eles, não tem nada vinculado com AMMAN e com AMAPI é no gabinete deles. Porque hoje nós não temos um representante político para falar que este é da AMMAN e esse da AMAPI (Entrevistado 4).

Reuniões, contatos telefônicos, visita ao município. Eles estão presentes nos municípios que fazem parte da AMAPI (Entrevistado 9).

Através de reuniões na associação ou visitas aos membros da AMAPI e colaboradores, com o intuito de ajudar na resolução de problemas e captação de recursos (Entrevistado 11).

Reuniões, contatos telefônicos, contatos pessoais. Reuniões na cidade administrativa, no gabinete, ou eles às vezes vêm a região (Entrevistado 21).

A articulação dos prefeitos com os representantes da população no nível estadual e federal e com os representantes do Estado no Governo Federal é primordial para o atendimento das necessidades do município e para o planejamento estratégico. Nesse sentido, faz-se importante que essas redes sejam ampliadas e fortalecidas.

Dos 15 entrevistados, 12 consideram que o funcionário da AMAPI que tem papel-chave na articulação dos membros é José Adalberto, Secretário Executivo da AMAPI. Dentre os municípios filiados à AMMAN, não houve consenso. O agente colaborador, no caso em questão, o Secretário Executivo da AMAPI, é de fundamental importância para o estabelecimento das redes

e parcerias, acesso à informação, e assessoria ao município, uma vez que é o responsável por coordenar as atividades desenvolvidas pela associação, pela execução das ações e por prestar assessoria sobre o planejamento municipal.

5.3. Desempenho da AMAPI/AMMAN

Em relação ao desempenho da AMAPI/AMMAN, os 3 principais benefícios alcançados com a participação do município, em ordem de importância, foram: acesso à informação (8); estabelecimento de contatos (6); e, nenhum benefício (5). Considerando-se os benefícios mais citados, tem-se o acesso à informação (12) e o estabelecimento de contatos (10), sendo que 11 consideraram não haver benefício. É importante ressaltar que a maioria dos entrevistados, mais uma vez, demonstra o entendimento dos objetivos de tal associação.

Dos gestores entrevistados, 4 se mostraram muito satisfeitos com a AMAPI/AMMAN; 11, satisfeitos; 4, indiferentes; 1, insatisfeito; e, 2 não responderam. Para 19 gestores, nenhum município filiado à AMAPI/AMMAN representa uma ameaça ou tem impacto negativo sobre o seu município e 3 não responderam à questão. Essa resposta é um pouco controversa, uma vez que 2 gestores haviam indicado o favorecimento de municípios maiores por parte das associações.

A participação dos municípios no PEDET tem por objetivos, principalmente, o desenvolvimento econômico e social (8); o estabelecimento de redes de apoio (3); e, a descoberta de potenciais (2). Foram também citados, a identificação de necessidades, a capacitação, a diversificação de receitas e a credibilidade de projetos. A seguir, são apresentados alguns depoimentos:

Necessidade de trabalhar em rede, porque o município sozinho não está conseguindo trazer recursos para si só, e trabalhar em rede traz benefícios para a região (Entrevistado 4).

Identificar potencialidades da região para que possa atuar de forma mais planejada e ativa para trazer o desenvolvimento para a região (Entrevistado 14).

Unificação dos municípios associados à AMAPI para futuramente brigar diante do Governo Estadual ou Federal os seus direitos, assim como repasse do FPM e ICMS, que são as receitas carro-chefe dos municípios (Entrevistado 18).

Trazer melhoria na economia do município e da região. Injeção de recursos. Trazer coisas

que agregam valor aos municípios: indústrias, comércio (Entrevistado 20).

Em relação à participação dos municípios na AMAPI/AMMAN, tem como objetivo o desenvolvimento econômico e regional (5); a obtenção e divulgação de informações (5); o estabelecimento de parcerias (4); o fortalecimento e a união dos municípios para a solução dos problemas e fortalecimento econômico, social e político (3); e o apoio político (3). Foram também citados a assessoria política e a representação política. Alguns depoimentos podem ser observados a seguir:

Primeiro objetivo é a assessoria, o segundo é acesso à informação, e o relacionamento com os demais municípios (Entrevistado 9).

Através da AMAPI, se ganha em representação política, cria sinergia no enfrentamento dos desafios da gestão pública, além de conseguir ajuda e apoio dos membros para resolver questões pontuais do município (Entrevistado 11).

Tirar o município da estagnação econômica e do declínio populacional, causado pela concentração de renda e latifúndio e pela monocultura (Entrevistado 17).

Se auto avaliar, pois a AMAPI busca o desenvolvimento dos municípios. Muitas vezes os municípios não tem essa visão, mas a AMAPI tem. Além de auto se desenvolver, pois a partir do momento que a AMAPI aponta algum erro, os municípios procuram corrigir, atuando como um órgão externo fiscalizador dos municípios filiados (Entrevistado 18).

Para 2 gestores, os objetivos em participar da AMAPI/AMMAN foram completamente alcançados; 10, alcançados; 3, parcialmente alcançados; 1, indiferentes; e, 2, não alcançados, estes gestores mencionaram que os objetivos “*não foram alcançados [...] participam das reuniões e não trás algum retorno*” (Entrevistado 4), e “*ainda não foram alcançados [...] com o potencial da AMMAN tem como explorar muito mais, tem como a gente explorar muito mais para conquistar mais coisas*” (Entrevistado 10).

5.4. Características e Potencialidades dos Municípios

As 3 atividades econômicas de maior destaque em cada município, assim como as ações que poderiam potencializar ou melhorar tais atividades estão indicadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Atividades de destaque nos municípios e ações para potencializá-las, 2014:

| Municípios | Ordem | Atividades | Ações |
|------------------------|-------|----------------------------------|--|
| Abre Campo | 1º | Agricultura (Café e leite) | Integração com o PEDET |
| | 2º | Pecuária | Desenvolvimento da agricultura familiar |
| | 3º | Comércio | Buscar recursos para o município |
| Acaiaca | 1º | Agricultura (Mel/ Agroindústria) | - |
| | 2º | Comércio | - |
| | 3º | Indústria | - |
| Alvinópolis | 1º | Pecuária | Incentivo fiscal e apoio do Governo Federal |
| | 2º | Indústria de cosméticos | Incentivo fiscal e apoio do Governo Federal |
| | 3º | Silvicultura | Incentivo fiscal e apoio do Governo Federal |
| Araponga | 1º | Agricultura (Cafeicultura) | Processamento do produto para agregar valor |
| | 2º | Pecuária | Trazer cooperativas e microempresas |
| Barra Longa | 1º | Pecuária leiteira | Aprimorar o rebanho |
| | 2º | Pecuária de Corte | Implantação de um abatedouro municipal |
| | 3º | Agricultura familiar | - |
| Canaã | 1º | Café | Montar uma torrefação |
| | 2º | Leite | Construção de um laticínio para agregar valor ao produto |
| | 3º | Frango | Sem melhorias |
| Guaraciaba | 1º | Cachaça | Mais apoio aos produtores |
| | 2º | Leite | Tecnologia |
| | 3º | Feijão | Motivar os produtores |
| Mariana | 1º | Mineração | Buscar a diversificação econômica |
| | 2º | Comércio | Planejamento de um novo ciclo econômico com base no turismo |
| | 3º | Turismo | Planejamento de um novo ciclo econômico com base no turismo |
| Oratórios | 1º | Cana de açúcar | Geração de mais empregos |
| | 2º | Suinocultura | Qualificação da M.D.O. |
| | 3º | Comércio | Geração de emprego (através da indústria) |
| Paula Cândido | 1º | Indústrias | Ampliação das indústrias |
| | 2º | Comércio | Fortalecimento da agricultura |
| | 3º | Turismo | Melhorias do hotel fazenda e cachoeiras |
| Ponte Nova | 1º | Prestação de Serviços | Suporte na área de saúde |
| | 2º | Indústria | Cursos de Negócios em Administração e Tecnologia de Informação (TI) |
| | 3º | Agropecuária | As estradas rurais estão sendo conservadas. Doações de terrenos para fortalecer a suinocultura |
| Porto Firme | 1º | Plantação de Eucalipto | Incentivos, como o fornecimento de mudas de eucaliptos |
| | 2º | Leite | Incentivar os produtores, com a realização de torneios leiteiros |
| | 3º | Café | Melhorar a M.D.O e diminuir o preço |
| Rio Casca | 1º | Suinocultura | Estradas e máquinas |
| | 2º | Comércio | Pagamento do 13º salário antecipado |
| | 3º | Pecuária de leite e corte | Estradas e Máquinas |
| Rio Doce | 1º | Agricultura e Pecuária | Buscar recursos e parcerias para assistência técnica |
| | 2º | Comércio | Promoção de emprego |
| | 3º | Geração de energia | Capacitar M.D.O local |
| Santo Antônio do Grama | 1º | Pecuária leiteira | Apoios como o programa "Balde Cheio" |
| | 2º | Agricultura | Assistência de máquinas e tratores agrícola |
| São Miguel do Anta | 1º | Setor das granjas | Cascalhamento das estradas |
| | 2º | Cafeicultura | Criação da secretaria da agricultura. Parcerias com a EMATER, SENAR e EMATER |
| | 3º | Pecuária leiteira | Parceria com UNIVIÇOSA |

(Continua)

Quadro 2 - Atividades de destaque nos municípios e ações para potencializá-las, 2014: (Conclusão)

| Municípios | Ordem | Atividades | Ações |
|----------------------|-------|-----------------------------------|--|
| São Pedro dos Ferros | 1º | Avicultura e abate de aves | Maior investimento por parte da empresa na ampliação das atividades |
| | 2º | Setor sucroenergético | A fabricação de açúcar na usina no município para geração de empregos |
| | 3º | Bovinocultura de Corte e de leite | Melhoramento genético, assistência técnica, melhores preços pagos aos produtores |
| Sem-Peixe | 1º | Pecuária | Projetos que possa enriquecer o homem do campo para que não ocorra o êxodo rural |
| | 2º | Agricultura | Projetos que possa enriquecer o homem do campo para que não ocorra o êxodo rural |
| Sericita | 1º | Agricultura (Café) | Trazer beneficiamento para o produto |
| | 2º | Avicultura | Trazer beneficiamento para o produto |
| | 3º | Leite | Trazer beneficiamento para o produto |
| Teixeiras | 1º | Café | Investir mais, tentar trazer beneficiamento |
| | 2º | Avicultura | Trazer beneficiamento |
| | 3º | Leite | Trazer beneficiamento |
| Urucânia | 1º | Suinocultura | Já é desenvolvida |
| | 2º | Cana de Açúcar | Ações de motivação dos produtores |
| Viçosa | 1º | Turismo de negócios | Melhorar a infraestrutura da parte hoteleira |
| | 2º | Educação | Melhorar a sintonia entre a Universidade Federal de Viçosa e a prefeitura |
| | 3º | Indústria | Investimentos e isenção fiscal para algumas despesas |

Fonte: Resultados da entrevista.

A partir do Quadro 2, pode-se identificar que apesar da diversidade de indústrias, comércio e serviços de destaque, há muito em comum entre diversos municípios da região, o que potencializa ações de intervenção e abre caminho para introdução de políticas públicas com foco regional. Nessa direção, citam-se demandas como estrutura de beneficiamento, parcerias com órgãos da administração pública indireta ou com centros

públicos e privados de tecnologia e extensão.

Outras são demandas que devem ser discutidas junto com os legisladores que representam a classe, dentre elas, incentivos fiscais e políticas de incentivo produtivo localizado. Destaca-se também o turismo e ações de agregação de valor agrícola. As principais obras de infraestrutura em andamento que contribuem para o desenvolvimento local e regional estão indicadas no Quadro 3:

Quadro 3 - Principais obras de infraestrutura em andamento, 2014:

| Municípios | 1º Obra de Infraestrutura | 2º Obra de Infraestrutura | 3º Obra de Infraestrutura |
|---------------|----------------------------------|---|--|
| Abre Campo | Construção de estradas | Construção de UBSs | Construção de Pontes |
| Acaiaca | Construção da UBS | Melhoria das vias rurais | Construção de casas populares |
| Alvinópolis | - | - | - |
| Araponga | Ampliação da escola | Cascalhamento das estradas | Manilhamento (saneamento básico) |
| Barra Longa | Calçamento na cidade | Cascalhamento das estradas vicinais | Melhoria do saneamento básico das comunidades rurais |
| Canaã | Cachoeira (turismo) | - | - |
| Guaraciaba | Construção de ponte | Melhoria de estradas rurais | Tratamento de esgoto |
| Mariana | Recuperação de todo o patrimônio | Iluminação subterrânea em todo centro histórico | Tratamento da água e esgoto |
| Oratórios | Calçamentos | Ponte | Reforma de estradas vicinais |
| Paula Cândido | Asfaltamentos | Calçamentos | Sem resposta |
| Ponte Nova | Aeroporto Regional | Malha Ferroviária | Reestruturação do Distrito Industrial (DI) |
| Porto Firme | Construção de pontes e estradas | Asfaltamento | Construção de unidades de saúde |
| Rio Casca | - | - | - |

(Continua)

Quadro 3 - Principais obras de infraestrutura em andamento, 2014:

(Concusão)

| Municípios | 1º Obra de Infraestrutura | 2º Obra de Infraestrutura | 3º Obra de Infraestrutura |
|------------------------|---|--|---|
| Rio Doce | Urbanização de um novo bairro | Urbanização de outras comunidades | Melhoria no abastecimento de água |
| Santo Antônio do Grama | Calçamento e asfalto | Saúde (fisioterapia) | Educação (Implantação da escola integral) |
| São Miguel do Anta | Construção do posto de saúde | Construção de 40 casas | Construção de uma escola |
| São Pedro dos Ferros | - | - | - |
| Sem-Peixe | Construção do prédio da creche | Laboratório municipal de análises clínicas | Pavimentação de ruas e tratamento do esgoto sanitário |
| Sericita | Construção de pontes na zona rural e urbana | UBS (Unidade Básica de Saúde) | Cascalhamento de estradas |
| Teixeiras | Calçamento das vias urbanas | Ginásio nas escolas | - |
| Urucânia | Melhoria de estradas rurais do próprio município. | Projeto de asfaltamento | - |
| Viçosa | Construção da Unidade do Corpo de Bombeiros | Construção do Posto de Perícia Integrada | Construção de escolas |

Fonte: Resultados da entrevista.

Os resultados apresentados no quadro anterior indicam que as obras de infraestrutura em andamento são similares, o que demonstra que as demandas dos municípios não se diferem, independente do tamanho do município e de seu grau de urbanização, podendo-se citar o calçamento,

a melhoria de estradas vicinais, a construção de pontes e de prédios públicos, como escola, creche e posto de saúde. Os fatores naturais, humanos ou climáticos que podem ser explorados em cada município estão indicados no Quadro 4:

Quadro 4 - Fatores naturais, humanos ou climáticos passíveis de serem explorados:

| Municípios | 1º Recurso | 2º Recurso | 3º Recurso |
|------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| Abre Campo | Gás proveniente dos biodigestores | Suinocultura | Desenvolvimento econômico e social |
| Acaiaca | Cachoeiras | - | - |
| Alvinópolis | Parque Ecológico | - | - |
| Araponga | O clima frio | A topografia e o relevo | - |
| Barra Longa | Cachoeira | Artesanato | Culinária |
| Canaã | - | - | - |
| Guaraciaba | Recursos Humanos | Água | - |
| Mariana | Artistas, escritores e músicos | UFOP e outras IES | Tradições religiosas |
| Oratórios | Recursos Humanos | - | - |
| Paula Cândido | Produção de café | Leite | Fruticultura |
| Ponte Nova | Rio Piranga | Parque Florestal Passa Cinco | Goiabada de Ponte Nova |
| Porto Firme | Artesanatos | Cachoeiras | - |
| Rio Casca | Mão de obra qualificada | - | - |
| Rio Doce | Lago da Usina Candonga | Unidade de conservação ambiental | Humanos: mulheres (artesanato) |
| Santo Antônio do Grama | Turismo (cachoeiras, área para rapel) | Têxtil (criação de galpão de costura) | - |
| São Miguel do Anta | Rio Casca | Leites e laticínios | Fabricas de MDF |
| São Pedro dos Ferros | Lagoas e 4 rios | Cinema | Áreas planas da região |
| Sem-Peixe | Cachoeiras e grandes mananciais | Artesanato | - |

(Continua)

Quadro 4 - Fatores naturais, humanos ou climáticos passíveis de serem explorados: (Conclusão)

| Municípios | 1º Recurso | 2º Recurso | 3º Recurso |
|------------|------------------|------------------|------------|
| Sericita | Cascalho | Café | - |
| Teixeiras | Água | Recursos Humanos | - |
| Urucânia | Recursos Humanos | - | - |
| Viçosa | Recursos Humanos | - | - |

Fonte: Resultados da entrevista.

Dentre os recursos comuns aos municípios e que podem ser explorados, como destaque tem-se os recursos humanos e o turismo. O investimento em recurso humano faz-se importante principalmente para a atração de novos investimentos. O turismo produz efeitos na economia do município e de seu entorno, sendo eles diretos – resultantes das despesas realizadas pelo turista, como o pagamento de taxas para visitas a atrativos turísticos –, e indiretos – resultantes das despesas pelos ofertantes de serviços e do pagamento de impostos.

Os gestores públicos indicaram que são necessárias melhorias nas condições de infraestrutura da cidade (8); recursos financeiros (6); apoio para atração e ampliação das atividades econômicas do município (3); trabalho em parcerias (2); qualificação da mão de obra (1); estudos, pesquisa e diagnósticos, para identificar os potenciais (1); e, (2) não responderam. Alguns depoimentos dos entrevistados sobre as ações necessárias estão apresentados a seguir:

Estratégia, tudo se inicia com estudos, pesquisa e diagnósticos, para identificar os potenciais e as vocações, disposição para poder desenvolver e conectar as ferramentas que já existem, criando portanto a estratégia de avanço (Entrevistado 8).

O que falta de alguma forma é recurso para investimento nessas áreas, no caso do café está colocando mais tecnologias para o produtor, criando melhores condições para ele escoar a sua produção para uma cooperativa beneficiar o seu produto. Se tivesse um consórcio que pensasse em termos de atendimento ao produtor, com um agrônomo disponível lá no campo, uma balança comercial, uma máquina de limpar café, e comercializar junto com a cooperativa eu acho que seria um dos pontos (Entrevistado 10).

Investimentos do Governo Federal e Estadual e Articulação entre a Prefeitura e os Governos. Além disso, faz-se necessário uma comunicação entre os municípios da região para que, por exemplo, os eventos culturais sejam programados com o intuito de atender a todos (Entrevistado 11).

Já em relação aos recursos financeiros arrecadados pelos municípios e as transferências (FPM),

os gestores afirmaram que estes têm impactado minimamente (10), pois houve redução na fonte de arrecadação; o FPM constitui o principal recurso do município (7); os recursos são utilizados em benefícios da população como forma de calçamento, saneamento, serviços públicos, entre outros (4); e, 1 gestor não respondeu a esta questão. Abaixo alguns depoimentos dos entrevistados:

O FPM teve uma queda muito grande. O arrecadamento interno também caiu (Entrevistado 7).

Eu acho que teve um grande investimento na área de educação e saúde no nosso município e também houve um investimento nas estradas vicinais e um investimento talvez mais pesado para este ano e para o ano que vem para poder melhorar as condições de ir e vim e escoar a produção (Entrevistado 10).

Os recursos financeiros do município impossibilitam a execução de investimentos, pois são baixos se considerados a população e a área do município, servido apenas, de forma precária para pagamento da folha salarial e despesas decorrentes da manutenção das atividades de saúde e educação (Entrevistado 17).

O FPM tem impactado minimamente, pois o município sobrevive do FPM. Uma vez que a arrecadação própria é muito baixa, porque não há indústrias e há poucos comércios, dependendo basicamente do FPM (Entrevistado 18).

A queda do FPM tem ocasionado problemas, causado um grande transtorno, queda abrupta de repasses. Impacto negativo. Temos um ICMS, enquanto comparado com o da região, até muito bom. Nós temos aqui usinas de açúcar e álcool, frigorífico suinocultura. É isso que salva o município (Entrevistado 21).

Para melhorar a arrecadação e as transferências do município, em ordem de importância, os gestores consideram que é necessário investir em indústrias para geração de empregos (7); aumentar o ICMS (4); aumentar os recursos (3); conscientizar os produtores para efetuar a tirada das notas

dos produtos (3); aumentar os empreendimentos turísticos (2); maior fiscalização (2); rever o cálculo do IPTU (1); rever o pacto federativo (1); lutar pelo Novo Marco da Mineração (1); conscientizar a população sobre o pagamento dos impostos (1); e, realizar o georreferenciamento urbano (1).

Em suas respostas, muitas vezes, os gestores públicos transferem a outros a responsabilidade que lhes é atribuída por seu cargo, ou seja, a promoção do desenvolvimento urbano. Dentre os benefícios do desenvolvimento urbano, destaca-se a promoção de atividades econômicas que, como consequência, aumentam a arrecadação do ICMS. Sendo assim, só é possível aumentar o ICMS, como alguns gestores públicos mencionaram, a partir do desenvolvimento econômico do município. Para tal, faz-se importante estimular o protagonismo local, já que o desenvolvimento é uma consequência de ações planejadas estrategicamente.

Em outros casos, os gestores públicos teriam condições de trabalhar em prol dessa melhoria, como é o caso da conscientização dos produtores, investimentos em fiscalização, realização do georreferenciamento urbano, e sinergia política para reivindicações diversas.

Para 21 gestores, é importante implantar no município, em ordem de importância, agência bancária (9), SEBRAE (4), receita federal (2), cartório (2), INSS (2), indústria (2), instituições de ensino superior (2), EMATER (2), e, agência de desenvolvimento econômico (2), sendo as principais citadas. Foram citados órgãos de promoção e fomento de empreendimentos urbanos e agrícolas, como o SEBRAE e a EMATER, o que pode ser potencializado através de ações coletivas das associações, por meio da instalação de escritórios locais ou mesmo de escritórios regionais com agendas positivas municipais.

Cinco gestores indicaram que não há pessoas capacitadas e com qualidade técnica para a elaboração de projetos de desenvolvimento e planejamento estratégico municipal, principalmente devido à falta de capacitação e preparação técnica dos funcionários (5).

Oito municípios participaram recentemente ou participam de alguma parceria no treinamento ou na elaboração de projetos de desenvolvimento, sendo parcerias com a Universidade Federal de Viçosa (3); cursos, treinamentos e palestras oferecidos pela AMAPI E AMMAN (3); e, capacitações com o SEBRAE (2), as principais. As parcerias com as universidades são importantes por seu papel dinamizador do desenvolvimento local e regional, uma vez que estas têm um importante

papel dinamizador deste processo. A seguir são apresentados alguns depoimentos:

A experiência foi boa, pois tiveram capacitações. O SEBRAE tem ajudado (Entrevistado 3).

Parcerias com o SENAR, EMATER e Circuito Serras de Minas. E com professores do Departamento de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, porque nós estamos fazendo o plano diretor. Apoio técnico na elaboração de projetos e resolução de questões pontuais, oferecimento de cursos e capacitações. SEBRAE e AMAPI (Entrevistado 11).

Palestra em relação à conscientização ambiental, a convivência familiar, falando nas rádios comunitárias, nas igrejas, sobre a conscientização de limpeza urbana (Entrevistado 16).

A porcentagem de apoio político da Câmara Municipal variou de 44 a 100%, sendo a média 67%. Para os gestores, alguns fatores políticos interferem no desenvolvimento local e regional, como a demora ou o bloqueio dos recursos financeiros (7); dificuldade de se conseguir recursos por parte de Deputados Estaduais ou Federais (5); e, para 5 gestores não existem interferências.

Em relação às reivindicações dos empresários e cidadãos no que diz respeito ao desenvolvimento e crescimento do município, foram citadas: empresas ou indústrias para a geração de empregos (18); infraestrutura do município (10); saúde (9); educação (9); segurança pública (7); falta de mão de obra qualificada (7); melhoria da infraestrutura das estradas urbanas e rurais (7); falta de agências bancárias (2); construção de casas populares (2); e, 4 não informaram.

Os gestores buscam atender à solicitação dos empresários e cidadãos melhorando a infraestrutura da cidade (8); buscando parceiras para o desenvolvimento de projetos (5); realizando melhorias na segurança (3); reformando ou construindo as estradas (3); desenvolvendo parcerias com o PRONATEC (3) e com o SEBRAE para a melhoria da mão de obra (3); buscando auxílio financeiro (3); contratando funcionários (3); oferecendo transporte para os estudantes (2); oferecendo bolsas de estudos (1); e, pelo PRONAF (1). É interessante observar que nada foi dito a respeito da saúde, que é uma das principais reivindicações dos empresários e cidadãos, segundo os gestores entrevistados.

As prioridades da administração municipal até o final do mandato são: saúde (14); melhorias na infraestrutura do município (11); educação (10); ações para melhorias das estradas (7); construção de

casas populares (5); saneamento básico (4); geração de emprego (4); infraestrutura na área da assistência social (3); qualificação da mão de obra (1); e, segurança pública (1). Os depoimentos a seguir apontam as questões apresentadas pelos entrevistados:

Cascalhar pelo menos 80% do município. Trabalhar na infraestrutura, com reformas, construções na área da saúde. Infraestrutura na área social, com a construção do CRAS, construção de creche. Colocar em funcionamento a usina de compostagem e de reciclagem. Manter funcionando a estação de tratamento de esgoto. Estruturar o município com a sinalização turística (Entrevistado 4).

Organização fundiária e expansão. Mobilidade urbana, com projetos arrojados que tirem a pressão de veículos do centro histórico. Serviços públicos: habitação, saúde básica, educação planejada focada nas crianças e na geração jovem (Entrevistado 8).

A primeira prioridade na área da saúde é manter o que já foi conquistado. Depois conquistar esse recurso de cascalhar as estradas rurais. O saneamento básico da cidade também precisa ser revisto (Entrevistado 10).

Construção das habitações populares. Melhoria da infraestrutura urbana. Desenvolvimento das pequenas empresas do município. (Entrevistado 21).

Estas prioridades são as mesmas demandas ou reivindicações que os gestores possuem para o desenvolvimento do município, e estão endereçadas ao governo Federal (25); governo Estadual (23); empresas (3); setor privado (2); SEBRAE (1); SENAI (1); EMATER (1); FIEMG (1); MINC e IFAM (1); AMAPI (1); e, PEDET (1).

6. Considerações Finais

De forma geral, percebe-se que a presença institucional tanto da AMAPI quanto da AMMAN vem contribuindo para o desenvolvimento dos 33 municípios da área de abrangência do PEDET. Foi evidenciada a capacidade articuladora das instituições e seu potencial para ampliar suas ações na região. Os dados secundários e as entrevistas com os empresários apresentaram diversas limitações e pontos fracos nos quesitos de desenvolvimento regional e poder econômico local.

Muitos dos problemas extrapolam a jurisdição municipal e, portanto, requerem a capacidade de articulação dos governantes locais. Por

outro lado, foram identificadas perspectivas positivas para o desenvolvimento de ações conjuntas tanto no plano do desenvolvimento local, quanto regional, nas dimensões econômicas, sociais e políticas, principalmente. Ações de melhorias dessas dimensões e ações propositivas no âmbito regional estarão no bojo dos próximos produtos desse convênio, visando otimizar a capacidade de ação dos municípios em prol da melhoria da situação presente, potencialmente melhor para todos. As informações geradas por esse relatório poderão subsidiar ações de desenvolvimento local, promover políticas públicas, assim como, orientar a confecção de projetos para o acesso a políticas públicas em outras instâncias da federação.

Nesse aspecto, o poder articulador das associações, o qual foi evidenciado nesse trabalho, poderá funcionar como elemento propulsor das ações coletivas a serem desenvolvidas. Para isso, essas associações devem ser reconhecidas como intermediadoras das atividades da região, o que tornará mais fácil a articulação entre os municípios, em prol do desenvolvimento regional e da atração de recursos produtivos e investimentos diretos nos municípios.

Por sua vez, os gestores atuando conjuntamente conseguirão auferir, junto aos governos Estadual e Federal, condições para a realização de projetos que visem desenvolver economicamente seus municípios, o que beneficiará consequentemente outras áreas, como saúde, infraestrutura e educação. O investimento em dimensões concretas como infraestrutura e capacitação de recursos humanos, citados pelos prefeitos, é fundamental para o processo de transformação das realidades local e regional, aquém das outras regiões do Estado.

Há de se ressaltar que, embora a saúde e a educação tenham sido ressaltadas como importantes para o desenvolvimento regional e tenham sido elencadas como prioridade para a administração municipal até o final do mandato, verifica-se que os gestores não as citaram como sendo os principais investimentos de seu governo local. As condições da infraestrutura burocrática, bem como de atendimento e qualidade do serviço público municipal também foram ressaltadas como fatores estratégicos para o desenvolvimento regional. É importante ressaltar que a educação, a saúde e a qualidade do serviço público estão na base de toda ação de transformação local e isso depende invariavelmente da vontade política e do senso de realização dos governantes locais. Espera-se que esse relatório sirva para balizar essa ação.

Notas:

1 - Os números entre parênteses indicam a quantidade de respostas às questões.

